



## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2012

### MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Prezados Acionistas,**  
O ano de 2012 foi de grandes desafios e ajustes para a Celpe e a empresa não mediu esforços para continuar fornecendo energia com eficiência e qualidade para as atuais 3,2 milhões de unidades consumidoras (100 mil a mais que em 2011).  
Apesar do crescimento da receita operacional bruta de 15,79% em relação a 2011, alcançando R\$ 5,05 bilhões, o lucro líquido da Celpe foi de R\$ 15,1 milhões, 94,6% inferior ao obtido em 2011; e o EBITDA alcançou R\$ 224 milhões, 60,62% inferior ao obtido em 2011.  
Acreditamos que esses resultados abaixo do histórico tenham encerrado o ciclo de adaptação da empresa às alterações da norma de enquadramento dos consumidores baixa renda (Lei 12.212/10) bem como aos critérios mais restritivos para o combate às perdas comerciais e à inadimplência (Resolução ANEEL nº 414/10). Em 2011, 722 mil consumidores perderam o benefício da tarifa social e migraram para a tarifa residencial normal (sem desconto). Ao longo de 2011 e 2012, a Companhia fez investimentos significativos no cadastramento dos beneficiários da tarifa social baixa renda e atingiu o total de, aproximadamente, 1,3 milhão de consumidores cadastrados em 31 de dezembro de 2012. Como reflexo de todos esses ajustes, houve aumento expressivo do nível de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa e incremento dos custos com serviços de terceiros, que tem relação direta com as ações de cobrança, com o recadastramento dos clientes baixa renda e com as ações de combate às perdas. Vale ressaltar que o aumento das provisões é de caráter conjuntural e que as ações tomadas pela Companhia para promover as adequações e otimizações necessárias em seus processos de combate às perdas e à inadimplência já começaram a apresentar resultados importantes.  
Em 2012, a Celpe investiu R\$ 513 milhões para expandir e modernizar sua rede elétrica. Merece destaque a conclusão das subestações Ouricuri, (138 kV) - que ampliou a oferta de energia elétrica para a região do Araripe; Carnaíba (69 kV) - atendendo os municípios de Carnaíba, Quixaba e áreas rurais de Flores e Custódia -; e Vitória2 (69 kV). Com esse valor, também foi possível realizar 117,1 mil novas ligações urbanas e 7,9 mil novas ligações rurais.  
Em relação à sustentabilidade, destaque para os programas de eficiência energética como, por exemplo, o "Nova Geladeira", que, até o final de 2012, substituiu 61,9 mil refrigeradores velhos por novos com selo Procel de eficiência, proporcionando uma redução de até 65% na conta de energia do cliente cadastrado com a tarifa social baixa renda.  
Outro exemplo de sustentabilidade e inovação foi o início da implantação de uma usina de geração solar na Arena Pernambuco, que vai sediar a Copa do Mundo de 2014. Com investimentos de R\$ 9,5 milhões, fruto da parceria do Grupo Neoenergia com a Odebrecht Energia, a usina terá capacidade para gerar o equivalente ao consumo médio de 6 mil brasileiros.

A Celpe também se mantém firme no compromisso de contribuir com a eficiência energética do arquipélago Fernando de Noronha. Em parceria com o Governo do Estado, investiu R\$ 650 mil na compra, no transporte e na instalação de equipamentos eficientes e econômicos além de ter realizado a preparação, em 2012, para a instalação de 6 mil placas de geração solar. Trata-se do primeiro sistema de geração solar fotovoltaica conectado à rede isolada de distribuição de energia elétrica da ilha, cujos investimentos somam R\$ 5,2 milhões em parceria com a Aeronáutica.  
Segundo a estratégia adotada nos anos anteriores, a Celpe se financiou utilizando recursos de longo prazo, captando junto a bancos e agências de fomento para a realização de seu plano de investimentos. Essa estratégia visa à captação de recursos com custos mais baixos e prazos mais aderentes ao retorno de longo prazo dos investimentos em distribuição. Foram firmados contratos com o BNDES e Finep, totalizando repasses de R\$ 132 milhões. Considerando as perspectivas de estabilidade em seus investimentos e de liquidez, em abril de 2012, a Standard&Poor's reafirmou a nota máxima na escala nacional (brAAA) e Grau de Investimento na escala global (BBB-) para a Celpe.  
Importante ressaltar que em Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, que trata da renovação das concessões das geradoras, distribuidoras e transmissoras do setor elétrico não alcança a Celpe, uma vez que a mesma não tem sua concessão a vencer num horizonte próximo. A redução dos custos com geração, transmissão e dos encargos setoriais na conta de energia deverá contribuir para a redução de inadimplência e perdas.

Acreditamos que o ano de 2013 será ainda mais desafiador. Mas estamos confiantes que as melhores operações que estamos implementando ajudarão a Celpe a recuperar o seu desempenho econômico-financeiro, com melhoria do serviço e da qualidade do seu atendimento. Para tanto, gostaríamos de registrar nosso agradecimento e, ao mesmo tempo, contar com o apoio dos nossos colaboradores, diretos e indiretos, e de todos os acionistas, conselheiros, clientes, fornecedores e governos municipais, estadual e federal para que possamos contribuir para o crescimento da Celpe e o desenvolvimento do estado de Pernambuco e do País.

MARCO GEOVANNI TOBIAS DA SILVA  
Presidente do Conselho de Administração

### 1 CONJUNTURA ECONÔMICA

Segundo dados divulgados pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (Condep/Fidem), a economia pernambucana sofreu impactos negativos em 2012, decorrentes da seca prolongada e da crise econômica mundial, desacelerando seu Produto Interno Bruto - PIB, ainda assim, apesar de um crescimento acima do nacional.

As projeções dos indicadores do ano 2012 deverão apresentar crescimentos positivos tanto na indústria como no comércio. O principal destaque no setor industrial é a construção civil, já no setor de serviços sobressaem-se três setores: serviços prestados às famílias, alugueis e intermediação financeira e transportes.

### 2 AMBIENTE REGULATÓRIO

#### 2.1. REAJUSTE TARIFÁRIO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.283 de 24 de abril de 2012, fixou em 7,71% o resultado do Reajuste Tarifário de 2012, com vigência a partir de 29 de abril de 2012, sendo 7,70% relativos ao reajuste tarifário anual e 0,01% aos componentes financeiros. A variação percentual percebida na conta dos consumidores cativos foi, em média, de 5,41%, tanto para os consumidores atendidos em baixa tensão, que representam mais de 99% dos clientes e inclui os clientes residenciais, quanto para os consumidores cativos industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão.

#### 2.2. NOVA METODOLOGIA DE REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

A ANEEL definiu a metodologia para o 3º ciclo de revisões tarifárias através da Resolução Normativa nº 457 de 08 de novembro de 2011. Para a CELPE a nova metodologia de revisão tarifária será aplicada e seus efeitos percebidos a partir de abril de 2013, quando da 3ª revisão tarifária da empresa, conforme previsto no contrato de concessão.

A Taxa de Remuneração de Capital (WACC), que no 2º ciclo de revisões foi de 9,95% (após impostos), foi definida para o 3º ciclo de revisões com 7,50% (após impostos). Para as empresas localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, a ANEEL, fixou taxa diferenciada, considerando a possibilidade de obtenção de benefício Fiscal, estabelecido em Lei. Tendo em vista que a decisão administrativa desnatura benefício fixado em Lei as empresas ingressaram com ação judicial através da ABRADEE, Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica, obtendo liminar em janeiro de 2012 junto a justiça federal mantendo o benefício.

Para o estabelecimento dos níveis regulatórios de custos operacionais será utilizada uma nova metodologia, baseada em benchmarking e na análise da eficiência média setorial, sendo reconhecido nas tarifas a eficiência média. Foi também definida uma trajetória de redução dos custos operacionais a ser aplicada ao longo do ciclo tarifário.

O Fator X será calculado considerando a produtividade; a qualidade e a trajetória de custos operacionais. O Fator de produtividade será estabelecido por benchmarking, qual é analisada a produtividade média setorial, considerando a evolução verificada do mercado, custos, redes e investimentos. O componente de qualidade será aplicado em função da evolução dos indicadores de qualidade da empresa (DEC e FEC), a ser apurado nos reajustes anuais entre as revisões tarifárias.

Houve ampliação do conjunto de receitas capturadas para modicidade tarifária. Especificamente para as receitas com ultrapassagem de demanda e excedente reativos, a ANEEL determinou sua destinação para Obrigações Especiais a partir da revisão tarifária do 3º ciclo, o que foi objeto de questionamento judicial pela ABRADEE.

Para perdas de receitas irre recuperáveis foi mantida a metodologia utilizada no 2º ciclo com poucas alterações. Os índices de inadimplência regulatória a serem reconhecidos passaram a ser estabelecidos por classe de consumo. Para a parcela dos encargos setoriais serão reconhecidas as inadimplências reais de cada empresa.

A metodologia utilizada para perdas de energia no 2º ciclo teve poucas alterações. Serão definidos limites máximos de trajetória de redução de perdas não técnicas considerando agrupamentos de empresas por clusters e níveis de perdas.

#### 2.3. REVISÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Regulamentada pelo Decreto nº 7.805/2012, a Medida Provisória nº 579/2012 (posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013) dispôs sobre a renovação das concessões de transmissão, de geração e de distribuição de energia elétrica, redução de encargos setoriais e a modicidade tarifária decorrente de tais ações. O Decreto também estabeleceu até a data limite de 05 de fevereiro de 2013 a realização da Revisão Tarifária Extraordinária para calcular as novas tarifas das distribuidoras de energia elétrica decorrentes dos efeitos da Medida Provisória.

Em 24 de Janeiro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 605/2013 que atribuiu à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, além de suas finalidades originais, o custeio de vários dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Na mesma data foi publicado o Decreto nº 7.891/2013 estabelecendo que os descontos custeados pela CDE fossem retirados da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição por ocasião da Revisão Extraordinária.

A revisão tarifária extraordinária das distribuidoras entrou em vigor em 24 de janeiro de 2013 e resultou em uma redução média de 18,54% nas tarifas da CELPE.

#### 2.4. REGULAMENTAÇÃO TÉCNICA E COMERCIAL

A Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, sofreu algumas alterações ao longo de 2012, sendo as principais delas feitas pelas Resoluções Normativas: nº 479/2012 que entre outras modificações simplificou os processos de suspensão de fornecimento e de verificação de medidores; nº 499/2012, que modificou procedimentos para ressarcimento por danos elétricos; e nº 516/2012, que modificou procedimentos referentes ao atendimento telefônico.

Em abril de 2012 a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 482, que estabeleceu as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuídas aos sistemas de distribuição de energia elétrica, o sistema de compensação de energia elétrica e as revisões dos Módulos 1 e 3 do PRODIST - Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional. No mês de dezembro de 2012 a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.388, que estabeleceu os valores das bandeiras tarifárias, conforme definido no Módulo 7 do PRORET - Procedimentos de Regulação Tarifária, com efeito a partir de 2014.

#### 2.5. OUVIDORIA

Em junho de 2012 foi concluído o processo de implantação da Ouvidoria da CELPE, dentro do prazo de 180 dias estabelecido na REN 470/2011 da ANEEL, embora sua Ouvidoria já estivesse em funcionamento desde 2008. Diante do que estabelece a resolução foi necessário adequar a estrutura existente a fim de possibilitar o pleno cumprimento das obrigações estabelecidas.

### 3 MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

#### 3.1. EVOLUÇÃO DO MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Em 2012, a energia entregue no sistema elétrico da CELPE atingiu a marca de 11.758,6 GWh (mercado cativo + mercado livre + suprimento a concessionárias de fronteira), representando um crescimento de 5,03% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O mercado livre demandou a entrega de 1.554,3 GWh de energia durante o ano de 2012, representando um acréscimo de 80,37% em relação a 2011, taxa justificada pela migração de diversas unidades consumidoras para o ambiente de livre contratação.

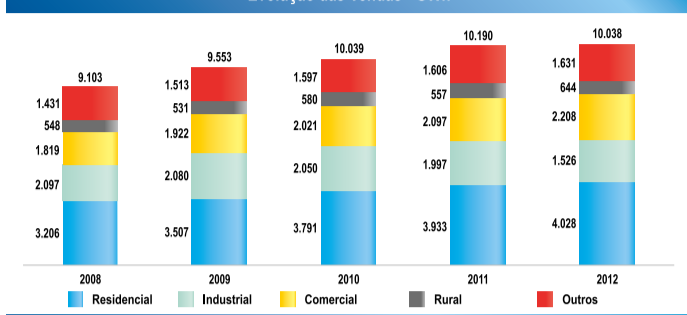
#### 3.2. COMPARTAMENTO DO MERCADO CATIVO - VENDAS DE ENERGIA

O mercado cativo no ano foi de 10.037,7 GWh, 1,49% menor do que o verificado no ano de 2011. Esse resultado foi influenciado pela migração de consumidores do ambiente regulado para o ambiente de livre contratação associado a uma recuperação de perdas abaixo do ano anterior.

Destacam-se alguns aspectos em relação ao comportamento do mercado no ano:  
• A classe residencial, que representa 40,1% do mercado cativo total, registrou um crescimento de 2,44% em 2012, quando comparado ao ano anterior. O tímido desempenho é função basicamente, da elevação das perdas de energia elétrica.  
• O mercado cativo industrial, que representa 15,20% do consumo cativo total, apresentou uma redução de 23,61% em relação ao ano anterior, devido à intensificação de migração de clientes para o mercado livre. No entanto, ao se analisar a energia distribuída industrial (cativo + livres), verifica-se um crescimento de 5,82% no ano de 2012, influenciado pela entrada do consumidor Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE. Vale ressaltar que apesar do desaquecimento da economia mundial, com impactos na produção física industrial do Brasil ao longo do ano, Pernambuco, apresentou uma pequena elevação de 1,4% no acumulado até novembro de 2012 (Fonte: IBGE).

• A classe comercial, que detém 22,0% de participação no mercado cativo, obteve um crescimento de 5,29% em relação a 2011, beneficiada pela elevação da temperatura, melhoria da renda nacional/regional, associada à expansão do incentivo ao crédito e às expansões/inaugurações de grandes Shopping's. O mercado distribuído da classe apresentou um resultado ainda melhor, 7,55% em relação ao ano anterior. Destacando que o mercado distribuído não possui o efeito das migrações de clientes para o mercado de livre contratação.  
• A classe rural foi ao longo do ano de 2012, diretamente impactada pela redução de 60,0% do índice pluviométrico no estado de Pernambuco (Fonte: Somar Meteorologia), quando comparado com o ano anterior. O baixo nível de precipitação resultou num crescimento de 15,58% em relação a 2011, devido à necessidade de bombeamento d'água para irrigação.

### Evolução das Vendas - GWh



• As outras classes apresentaram um crescimento de 1,60% em 2012 em relação ao mesmo período de 2011. O comportamento da classe poder público, que cresceu 6,5% no ano, contribuiu positivamente para este resultado, em virtude: do aumento da temperatura; da ampliação de carga no canteiro de obras da Refinaria Abreu e Lima; da implantação de novas UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) na Região Metropolitana do Recife - RMR e O2 hospitais, Dom Helder Câmara (Cabo S. Agostinho) e Pelópidas da Silveira (Recife); e da Hemobrás (Goiana). A classe serviço público apresentou um baixo desempenho, crescendo apenas 2,89% na comparação com o ano anterior. A classe iluminação pública, influenciou negativamente em função da atualização do cadastro do parque de iluminação pública de alguns municípios.

### 3.3. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES

A CELPE encerrou o ano de 2012 com 3.252.313 clientes ativos e um incremento em relação ao ano anterior de 3,07%.

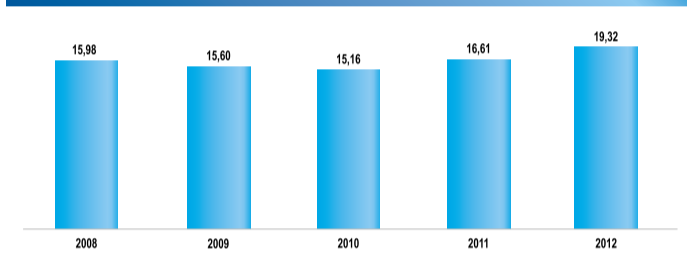
Participação	Evolução do Número de Clientes Ativos (milhares) (*)					
	2008	2009	2010	2011	2012	2012
Residencial	2.498	2.596	2.677	2.741	2.851	87,67%
Industrial	13	14	13	13	12	0,38%
Comercial	190	195	198	198	201	6,18%
Rural	171	175	181	174	156	4,79%
Outras classes	28	29	30	31	32	0,97%
<b>Total</b>	<b>2.900</b>	<b>3.009</b>	<b>3.100</b>	<b>3.156</b>	<b>3.252</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Incluindo novos Clientes sem o primeiro faturamento  
Considerando os critérios estabelecidos na Resolução ANEEL nº 414/2010, que define o conceito de consumidores de baixa renda, estes correspondem a 38,64% do total de consumidores ativos da CELPE enquanto que os consumidores residenciais normais representam 49,03%. Verificou-se que ocorreu uma considerável migração de clientes baixa renda para o residencial normal em função da adequação à referida resolução.

#### 3.4. PERDAS

O Índice de Perdas de 2012 sofreu elevação, em relação a 2011, passando de 16,61% para 19,32%. Tal aumento teve como influências principais a mudança nos critérios de classificação dos consumidores baixa renda e o aumento do número de clientes que permaneceram desligados após a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inadimplência.

### Evolução do Índice de Perdas - (%)



Foram gastos cerca de R\$ 42 milhões com as ações de combate às perdas comerciais. As principais ações desenvolvidas em 2012 foram:

- Realização de 179 mil inspeções, sendo detectadas mais de 52 mil irregularidades, com recuperação bruta de 98 GWh e arrecadação de cerca R\$ 28 milhões referentes a faturas de irregularidade;
- Regularização de 15 mil ligações clandestinas;
- Regularização e blindagem de 4 mil unidades consumidoras com problemas na medição;
- Substituição de 38 mil medidores com defeito;
- Isolamento de aproximadamente 6 km de rede de baixa tensão;
- Levantamento e atualização do cadastro de iluminação pública de 13 municípios, totalizando 105 mil pontos verificados;
- Implantação, em 710 consumidores, do projeto especial de rede blindada com sistema de medição centralizada;
- Implantação de 1.300 telemedidores em consumidores de grande porte, atendidos em média tensão.

#### 3.5. RECEITA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A receita de fornecimento em 2012, considerando apenas as vendas de energia ao mercado cativo, foi de R\$ 3.984,2 milhões.

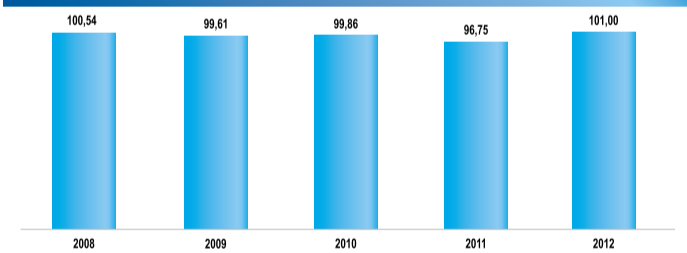
Participação	Detalhamento de Receita de Fornecimento de Energia - R\$ mil					
	2008	2009	2010	2011	2012	2012
Residencial	1.244.184	1.411.182	1.423.979	1.470.918	1.658.224	41,62%
Industrial	659.456	718.983	680.828	689.475	595.109	14,94%
Comercial	792.894	870.010	868.478	909.140	1.017.760	25,54%
Rural	112.726	118.603	125.596	132.206	146.755	3,68%
Outras classes	471.629	521.977	518.471	527.417	566.343	14,21%
<b>Total</b>	<b>3.280.889</b>	<b>3.640.756</b>	<b>3.617.352</b>	<b>3.729.157</b>	<b>3.984.191</b>	<b>100,00%</b>

A performance da arrecadação é medida pelo Índice de Arrecadação - IAR, definido pelo quociente do valor total arrecadado com energia elétrica e títulos, inclusive de exercícios anteriores, em relação aos valores faturados por fornecimento de energia no exercício.

Em 2012, a arrecadação da CELPE superou o faturamento, o IAR alcançou 101%. Esse resultado foi consequência da adoção de política de cobrança com foco na atuação da dívida de menor risco de recebimento, na redução do prazo de parcelamento e no aumento do volume das operações de cobrança. Essas medidas justificam a evolução do índice alcançado neste ano, mesmo com a ampliação das restrições à suspensão de fornecimento de energia, imposta pela Resolução ANEEL nº 414/2010. Nesse contexto, as ações de cobrança que mais se destacaram foram:

- Inclusão de 3,5 milhões clientes inadimplentes no cadastro de órgãos de proteção ao crédito, com um incremento de 29,6% em relação a 2011;
- Realização de 685 mil suspensões de fornecimento de energia elétrica, com um incremento de 26,6% em relação a 2011;
- Realização de 328 mil cobranças domiciliares, reduzindo os custos de ações de cobrança mais onerosas;
- Ação de visita para negociação com equipe própria e agentes comunitários, que atuam na área de eficiência energética. Foram realizadas 91,8 mil visitas com um saldo negociado de R\$ 17,7 milhões;
- Atuação sobre a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) através das empresas de assessoria de cobrança.

### IAR - Índice de Arrecadação



### Arrecadação - R\$ milhões



Os clientes da CELPE dispõem de um total de 4.334 locais de pagamento, considerando as agências de atendimento, a rede credenciada Celpe Serviços, os bancos e os seus respectivos correspondentes. Deste total, a rede Celpe Serviços conta com 305 estabelecimentos comerciais credenciados, localizados nos 185 municípios atendidos na área de concessão da Empresa.

Essa penetração da rede credenciada em toda a área de concessão da CELPE proporciona maior comodidade aos clientes para o pagamento de suas faturas de energia e facilidade de acesso aos serviços de atendimento comercial.

#### 3.7. COMPRA DE ENERGIA

A energia requisitada pela CELPE no ano correspondeu a 13.119,0 GWh, enquanto a energia contratada totalizou 13.243,1 GWh. O lastro contratual resultou em 100,95%. O valor está dentro da faixa limite entre 100 e 103% estabelecida pela legislação para cumprimento pelas distribuidoras.

#### 3.8. MEDIÇÃO DE ENERGIA

Em 2012, foram ligados 03 clientes com tensão igual ou superior a 69 kV, (RioMar Shopping, Amcor e WHB Fundação).

Ao longo do ano foram adequadas as medições de 35 consumidores que migraram para o ambiente livre e também foram criados 06 novos pontos de medição na conexão com a rede básica, sendo 05 em 69 kV e um em 138 kV. Neste ano, a CELPE atingiu 4.729 clientes ativos atendidos em média tensão com telemedição, e realizou 1.188 inspeções em campo, o que possibilitou identificar 165 casos entre fraudes e defeitos no sistema de medição neste universo de clientes, gerando uma energia recuperada bruta estimada em torno de 7,5 GWh.

### 4 INVESTIMENTOS

O investimento total da CELPE, em 2012, foi de R\$ 513,0 milhões, distribuídos da seguinte forma:

Variação	Evolução dos Investimentos - R\$ mil					
	2008	2009	2010	2011	2012	
Geração	7.933	2.252	1.289	5.200	4.942	(4,96%)
Distribuição	278.846	195.170	189.276	253.776	429.609	69,29%
Distribuição associada	22.107	10.637	17.456	49.873	51.771	3,81%
Comercialização	5.948	21.013	1.273	2.786	1.237	(55,61%)
Administração	57.193	26.144	19.972	19.039	25.474	33,80%
<b>Total</b>	<b>372.027</b>	<b>255.211</b>	<b>229.266</b>	<b>330.674</b>	<b>513.033</b>	<b>55,15%</b>

### 4.1. EXPANSÃO DE REDE

Na expansão do sistema elétrico, destacam-se a conclusão das Subestações Ouricuri (138 kV), ampliando a oferta de energia elétrica para a Região do Araripe, Carnaíba (69 kV), atendendo os municípios de Carnaíba, Quixaba e áreas rurais de Flores e Custódia, e Vitória2 (69 kV), aumentando a capacidade de fornecimento de energia elétrica no município de Vitória de Santo Antão. Também foram concluídas as linhas de distribuição de alta tensão Ribeirão/Gravatá, no Agreste, Bom Nome/Salgueiro, no Sertão, e o atendimento em 69 kV aos clientes Shopping RioMar, em Recife, e Fundação WHB, em Glória de Goitá. Ressalta-se também a energização do ponto de suprimento Suape III e sua conexão com as subestações Suape, Porto e Ipojuca, melhorando o fornecimento e a confiabilidade no Complexo Portuário e Industrial de Suape. Houve aumento de potência nas subestações Pesqueira, Rio Formoso, Olinda, Camaragibe, Dom Avelar, Toritama e Macaxeira, o que permitiu o aumento de potência em outras subestações, tais como Paratibe 1, Arcoverde, Águas Belas, Tejuccupapo, Araripina, Agrestina, Porto de Galinhas, Paudalho, Viçência, Cabrobrá, Massangano, Brígida, Salgueiro e Massangano II, a partir de um programa de remanejamento de transformadores de potência, totalizando um incremento de 160 MVA no sistema elétrico.

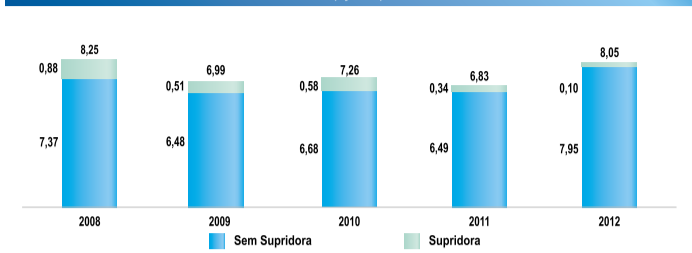
Na melhoria do Sistema Elétrico, ressalta-se o investimento na redução dos indicadores de continuidade e qualidade do fornecimento de energia elétrica, através de diversas ações, como instalação de 111 chaves automatizadas, substituição de 232 km de rede nua por rede compacta ou multiplexada, instalação de 63 km de cobertura protetora em redes de áreas arborizadas e a substituição de 1.827 transformadores monofásicos de 3 e 5 kVA.

Principais Ativos Elétricos	2011					Variação
	2008	2009	2010	2011	2012	
Distribuição de Energia						
Linhas de subtransmissão (Km)	3.914	3.939	3.961	3.971	4.198	5,71%
Subestações (						



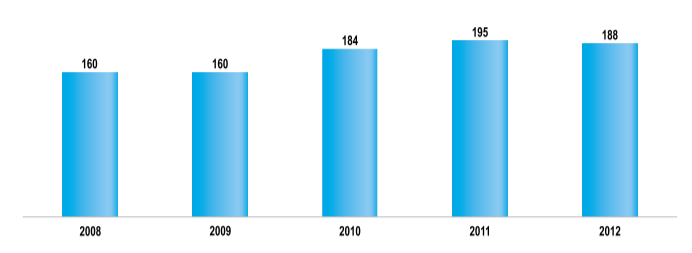
Continuação

**FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente)**  
Número médio das interrupções por clientes/ano - Vezes



O Tempo Médio de Atendimento Emergencial - TMAE foi de 188 minutos no ano de 2012 para uma média mensal de 22.472 atendimentos.

**TMA - Tempo Médio de Atendimento - Minutos**



**5.2. ATENDIMENTO AO CLIENTE**

Em 2012, o atendimento da CELPE realizou diversos projetos de melhoria visando alcançar o atendimento diferenciado para seus clientes. Dentre as ações destaca-se a consolidação da gestão da rede credenciada de atendimento - CELPE Serviços, composta de 165 pontos distribuídos em 154 municípios dentro da área de abrangência da Empresa, atendendo o Art.179 da Resolução nº 414/10 da ANEEL com a implantação em todos os credenciados do Sistema de Gestão do Atendimento informatizado, que permite monitorar todo o processo de atendimento.

Foi ampliado o número de agências móveis passando de 03 para 04 viaturas, visando atender às comunidades especiais da Região Metropolitana do Recife e demais municípios do Estado. Foi disponibilizado também o serviço de religação de Unidade Consumidora através da URA (Unidade de Resposta Auditável), reduzindo o tempo de atendimento ao cliente, com comodidade e menores custos operacionais.

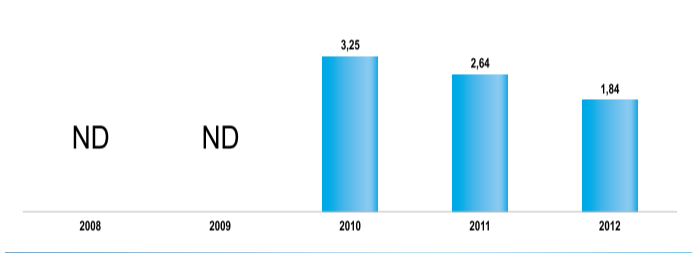
A CELPE atingiu a marca de 3,25 milhões de clientes e por meio dos seus canais de relacionamento, interagiu mensalmente com cerca de 1,25 milhões de clientes.

Através do Call Center foram atendidos em média 387 mil clientes/mês, sendo 286 mil no atendimento humano, com TMA de 3,43 minutos e 101 mil através da Unidade de Resposta Auditável - URA.

Nas agências, foram realizadas, em média, 128 mil atendimentos/mês e na Rede CELPE Serviços uma média de 74,5 mil clientes/mês. Com relação ao site CELPE houve um aumento expressivo de 39% no volume de atendimentos em relação ao ano de 2011, finalizando 2012 com uma média de 545,2 mil atendimentos/mês. Nos pontos de autoatendimento (totens), foi atingido o volume de 118,4 mil atendimentos/mês, que representa em 2012 um incremento ainda maior, 45% em relação a 2011. Com isto, pode-se afirmar que os clientes estão buscando cada vez mais utilizar canais de atendimento ágeis, de fácil acesso e que apresentem comodidade, segurança e eficiência na resposta de suas solicitações a um custo menor.

Em 2012 o IRR - Índice de Reclamações (quociente entre o número acumulado de reclamações procedentes no ano pelo valor médio de contratos ativos no mesmo ano) apresentou uma redução significativa da ordem de 30%, comparado ao ano de 2011.

**IRR - Índice de Reclamações**



Em 2012, a CELPE obteve o índice de 76,7% no ISQP - Índice de Satisfação com a Qualidade Percibida, avaliado pela ABRADEE nas distribuidoras com mais de 500 mil clientes, representando uma evolução do indicador que em 2011 registrou 71,7%.

**6 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**6.1. INDICADORES EMPRESARIAIS**

Dados Econômico-Financeiros - R\$ mil	2008	2009	2010	2011	2012	Varição (2012/2011)
Receita Operacional Bruta	3.401.521	4.215.783	4.240.980	4.360.492	5.049.177	15,79%
Receita Operacional Líquida	2.214.523	2.914.838	2.860.067	2.914.133	3.545.861	21,68%
EBITDA (LAJIDA)	692.217	911.494	723.486	568.774	224.004	(60,62%)
Resultado do Serviço - EBIT	576.218	799.511	592.448	430.532	81.305	(81,12%)
Resultado Financeiro	(23.496)	(69.449)	(52.550)	(103.543)	(58.592)	(43,41%)
- Exceto JSCP	466.313	586.949	448.291	283.416	15.128	(94,66%)
Lucro Líquido	3.517.570	3.535.962	3.680.215	3.913.152	3.870.985	(1,08%)
Ativo Total	372.027	255.216	229.265	330.674	513.033	55,15%
Investimento	1.318.124	1.293.802	1.317.974	1.576.288	1.408.483	(10,65%)
Divida Bruta	1.119.533	1.113.619	1.217.134	1.290.696	1.174.395	(9,01%)
Divida Líquida *	1.308.263	1.405.834	1.551.371	1.607.294	1.560.698	(2,90%)
Patrimônio Líquido						
Indicadores Econômico-Financeiros						
Margem EBITDA	31,26%	31,27%	25,30%	19,52%	6,32%	(13,20)p.p.***
Margem EBIT	26,02%	27,43%	20,71%	14,77%	2,29%	(12,48)p.p.***
Margem Líquida	21,06%	20,14%	15,67%	9,73%	0,43%	(9,30)p.p.***
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro)						
- Em vezes	29,46	13,12	13,77	5,49	3,82	(30,40%)
Divida Líquida/EBITDA	1,62	1,22	1,68	2,27	5,24	131,03%
Índice de Endividamento Líquido	46,11%	44,20%	43,96%	44,54%	42,94%	(1,60)p.p.***
Ações						
Valor Patrimonial por Ação (R\$/ação) **	17,53	18,84	20,79	21,54	20,92	(2,90%)
Lucro Líquido por Ação (R\$/ação) **	6,25	7,87	6,01	3,80	0,20	(94,66%)
Distribuição de Dividendos e JSCP (R\$/mil)	363.534	330.850	248.826	242.787	3.779	(98,44%)
* Divida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.						
** R\$ por lote de mil ações.						
*** p.p. - Pontos percentuais.						

A movimentação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA) está detalhada na tabela a seguir:

Conciliação do EBITDA - R\$ mil	2011	2012	Varição
Lucro Líquido	283.416	15.128	(94,66%)
Amortização Agio e Reversão PMIPL*	23.081	(10.914)	(147,29%)
Imposto de Renda e CSLL** - Corrente e Diferido	20.492	18.500	(9,72%)
Receita Financeira	(137.247)	(127.811)	(6,88%)
Despesa Financeira	240.790	186.403	(22,59%)
Depreciação e Amortização	138.242	142.698	3,22%
<b>EBITDA</b>	<b>568.774</b>	<b>224.004</b>	<b>(60,62%)</b>

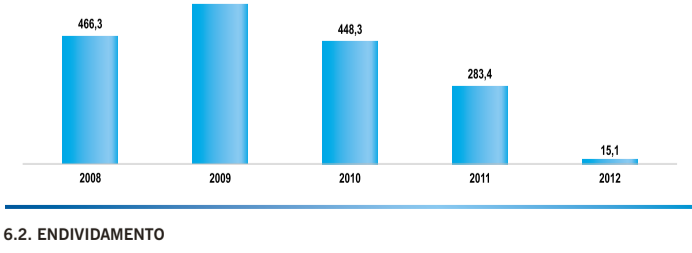
\* Provisão para manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido.  
\*\* Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Em 2012, o EBITDA foi de R\$ 224,0 milhões, uma redução de 60,62% quando comparado ao ano de 2011. Os seguintes fatores explicam esse desempenho:

- Aumento da receita líquida em 21,68% como reflexo do maior consumo das classes residencial e comercial;
- Incremento de R\$ 431,4 milhões nas despesas com compra de energia para revenda, encargos da Rede Básica e do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;
- Aumento de R\$ 325,7 milhões das despesas com PMSO, principalmente:
  - despesas com serviços de terceiros (decorrente de reajustes nos preços dos serviços nas novas contratações; do aumento de turmas para realização de leitura/entrega de conta, e incremento nas intervenções de cobrança);
  - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD, decorrente da adequação aos novos processos de cobrança, contemplando a restrição de reparcelamentos e intensificando as ações de campo para os consumidores inadimplentes contumazes. O crescimento da PCLD deveu-se, em parte, às alterações provocadas pela implantação da Resolução 414/2010 e o Decreto nº 7.583/11, que impactou a política de diferenciação de tarifas existente para a classe baixa renda.

A CELPE obteve um lucro de R\$ 15,1 milhões, apresentando um decréscimo de 94,66% em relação a 2011. Houve uma redução de 9,30 pontos percentuais na rentabilidade da Margem Líquida, que foi de 9,7% para 0,4%.

**Lucro Líquido - (R\$ milhões)**

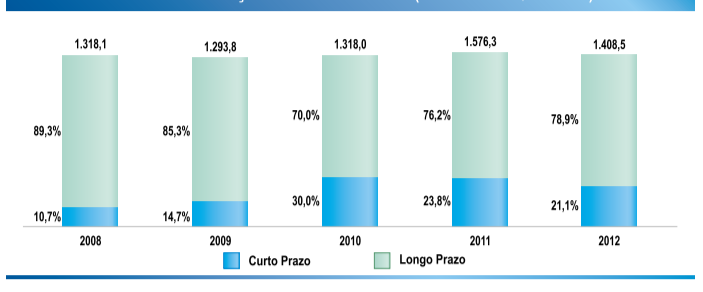


**6.2. ENDIVIDAMENTO**

Em dezembro de 2012 os contratos de empréstimos e financiamentos da CELPE totalizaram R\$ 1.408,5 milhões de endividamento bruto. Deste montante, 21,12% possui vencimento no curto prazo e 78,88% no longo prazo, com prazo médio ponderado de vencimento de 2,32 anos. O endividamento líquido (dívida menos disponibilidade, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) atingiu R\$ 1.174,4 milhões.

Durante o exercício de 2012, a CELPE acessou agências de fomento e organismos multilaterais para financiamento de seu programa de expansão e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Financiadora de Estudos e Projetos - FINER, totalizando o repasse de R\$ 132 milhões. Em setembro de 2012 foi liquidada a 3ª emissão de debêntures. Foram realizadas as Assembleias Gerais dos Debenturistas da 2ª e da 4ª emissão de Debêntures para adequação dos covenants.

**Evolução da Dívida Onerosa - (Valores em R\$ milhões)**



Em 2012, a CELPE manteve o grau de investimento em escala global. Em escala nacional, o rating de crédito foi mantido em "brAAA", avaliada pela Standard & Poor's Ratings Services. A manutenção do rating de crédito reflete as melhorias contínuas em suas operações e em sua estrutura de capital e a manutenção de indicadores de proteção do fluxo de caixa consistentes.

**7 GOVERNANÇA CORPORATIVA**

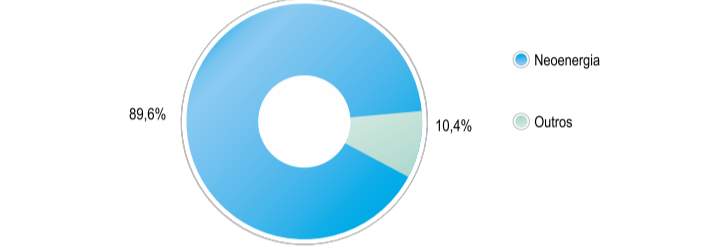
**7.1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA**

O capital social, de R\$ 590,2 milhões é representado por ações ordinárias (ON), ações preferenciais classes "A" (PNA) e "B" (PNB). Desse total, 89,6% pertencem ao grupo Neoenergia e 10,4% a acionistas minoritários.

O capital social é representado por 74.612.388 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 66.302.693 ações ordinárias, 7.567.254 ações preferenciais classe A e 742.441 ações preferenciais classe B.

As ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) da CELPE são listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BMF&BOVESPA), através dos códigos de ativos: CEPE3 (ON), CEPE5 (PNA) e CEPE6 (PNB).

**Total de Ações**



**7.2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

A CELPE adota uma política de transparência com o mercado de capitais, zelando pelo relacionamento com acionistas, analistas de mercado, instituições financeiras, agências de rating e instituições reguladoras de mercado, disponibilizando informações atualizadas e relevantes sobre a empresa, sempre de acordo com as boas práticas de governança corporativa.

A cada trimestre, o Grupo Neoenergia realiza uma *webconference* e disponibiliza um relatório de acompanhamento com os dados individualizados por empresa e consolidados, além da realização de reuniões *one-on-one* com as principais instituições de relacionamento. Em 2012, a Neoenergia realizou apresentações nas reuniões da Apimex (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais) no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

A CELPE possui um canal de comunicação através do endereço eletrônico [ri@celpe.com.br](mailto:ri@celpe.com.br) e disponibiliza informações por meio da área de Relações com Investidores, no site corporativo ([www.celpe.com.br](http://www.celpe.com.br) - link Relações com Investidores e [www.neoenergia.com/ri](http://www.neoenergia.com/ri)) e nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

**7.3. DIREITO DOS ACIONISTAS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS E JSCP**

A CELPE possui definido em seu estatuto social que os acionistas terão direito a um dividendo não cumulativo, de no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei 6.404/76, compensando-se os dividendos intermediários. O estatuto prevê que as ações preferenciais classe "A" têm direito a um dividendo mínimo, não cumulativo, de 10% (dez por cento) ao ano sobre o lucro líquido, enquanto as ações preferenciais classe "B" têm direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório, conforme legislação aplicável.

Em 2012 foram pagos R\$ 58.050,3 mil a título de dividendos relativos ao exercício findo em 2011. Foram pagos também R\$ 22.411,0 mil em juros sobre capital próprio, relativos ao exercício de 2011, perfazendo o montante de R\$ 80.461,4 mil como remuneração total aos acionistas.

**7.4. AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS**

A auditoria interna é uma atividade de avaliação independente e objetiva, que busca agregar valor às operações da empresa, por meio de um enfoque sistemático e disciplinado, possibilitando a melhoria da eficácia dos processos de gestão de riscos, controles internos e governança corporativa.

A CELPE, alinhada aos requisitos da seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley - SOX, avalia, documenta e testa os controles chaves que respaldam as demonstrações contábeis e, quando detectada alguma não conformidade, elabora planos de ação para sua correção. O desenvolvimento contínuo das atividades de revisão dos desenhos dos processos e dos controles chaves ocasiona uma melhoria na efetividade dos controles e aumento da transparência nas divulgações ao mercado.

A CELPE, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, vem utilizando a ferramenta SAP GRC - Governance, Risk and Compliance, que permite a gestão dos perfis de acesso e utilização ao Sistema SAP R3. Esta ferramenta possibilita analisar se os perfis de acessos estão em conformidade com os requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), principalmente em relação à concessão de acessos ao sistema e autorização para execução de transações críticas, considerando as regras de segregação de funções em consonância com as melhores práticas do mercado.

**7.5. CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL**

O Conselho de Administração é formado por cinco membros titulares e seus respectivos suplentes. Os conselheiros são eleitos para mandato de dois anos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, que também possui poder de destituição do cargo. Há possibilidade de reeleição. As reuniões do Conselho de Administração ocorrem ordinariamente uma vez a cada bimestre e extraordinariamente sempre que necessário. Nenhum dos seus integrantes ocupa cargo de direção.

O Conselho Fiscal é integrado por quatro membros titulares e seus respectivos suplentes eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal de caráter permanente reúne-se ordinariamente uma vez a cada trimestre e extraordinariamente, sempre que julgar necessário, ou quando convocados, na forma da lei e do Estatuto Social.

**7.6. CÓDIGO DE ÉTICA**

A CELPE possui um Código de Ética consolidado, sistematicamente auditado, revisado, divulgado e um canal de comunicação específico ([etica@celpe.com.br](mailto:etica@celpe.com.br)) para o público externo, através do site ([www.celpe.com.br](http://www.celpe.com.br)), e na intranet para o seu público interno. Tem ainda um Comitê de Ética constituído por representantes da presidência e das superintendências para avaliar o clima ético, propor recomendações de melhoria e analisar sugestões e denúncias. Este é um instrumento norteador de nosso relacionamento com os *stakeholders*, conforme os padrões de governança corporativa do Grupo Neoenergia. O Código de Ética é citado na política de Recrutamento e Seleção onde todos os processos são pautados em uma postura inclusiva de respeito e oportunidades iguais para todos, com o objetivo de efetivar o direito à diferença e valorizar a diversidade no que tange às questões étnico-raciais, de gênero, idade, religião, orientação sexual, origem geográfica, classe social, deficiências, aparência física e valores, reconhecendo as potencialidades e talentos existentes em cada ser humano.

**8 GESTÃO DE PESSOAS**

Em 2012, a CELPE manteve e melhorou os diversos programas voltados ao desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores alinhado às estratégias do grupo Neoenergia. Esses programas objetivam identificar e valorizar os talentos, otimizar os investimentos em treinamento e desenvolvimento, melhorar o clima organizacional e proporcionar perspectiva de carreira. Em especial, destacam-se os seguintes programas/processos:

- **Programa de Gestão de Desempenho - PGD:** foram realizadas as Avaliações de Objetivos Individuais e Competências Funcionais envolvendo todo o quadro funcional da CELPE. A partir dos resultados das avaliações, foram elaborados e implantados programas de treinamento e desenvolvimento;
- **Programa de Desenvolvimento de Liderança - PDL:** o Programa está alinhado às definições empresariais - Missão, Visão, Valores e às Competências de Gestão com foco no desenvolvimento de competências da liderança;
- **Plano de Sucesso:** em continuidade aos Comitês de Desenvolvimento de Pessoas foram nomeados diversos colaboradores a cargos de liderança através do Plano de Sucesso. Foi iniciado o mapeamento de perfis de competências (Assessment) dos executivos e colaboradores com objetivo de identificar potenciais de sucesso a fim de assegurar a sustentabilidade do desempenho do negócio.
- **Programa Anual de Treinamento:** foram realizados 74% dos treinamentos previstos para o ano de 2012, que contemplou eventos de natureza técnica, comportamental e de saúde e segurança;
- **Escola Corporativa:** iniciativa do Grupo Neoenergia em promover de forma alinhada os treinamentos mais frequentes obtidos através das avaliações de desempenho;
- **MBA In Company:** voltado aos engenheiros da área de Distribuição de Energia com objetivo de ampliar competências nas áreas de engenharia, operação e manutenção, focadas na prática dos processos e procedimentos da CELPE;
- **Programa de Aposentadoria:** continuidade do programa no Grupo Neoenergia com objetivo de discutir assuntos relacionados à pós-carreira e promover maior qualidade de vida aos participantes;
- **Processo de Recrutamento e Seleção:** todas as seleções internas e externas são realizadas através da ferramenta Vagas.com, implantada em 2011. Com o objetivo de padronizar o processo seletivo de estágio e alimentar o primeiro nível da organização com profissionais de potencial e perfil definido pelo Grupo, foi contratada consultoria externa que realiza recrutamento e seleção através de avaliações e dinâmicas de grupo. O processo é acompanhado pela área de Gestão de Pessoas e lideranças da empresa e conta também com ações de desenvolvimento e formação de mentores de estágio.
- **Integração do Novo Colaborador:** o programa foi revisado com objetivo de dinamizar a passagem de conhecimento do negócio da empresa e adaptar os novos colaboradores mais facilmente à nossa cultura.

**8.1. SAÚDE E SEGURANÇA**

Em 2012, foram cumpridas todas as exigências legais referentes à saúde e segurança, desenvolvendo ações com foco na melhoria das condições de trabalho, da saúde ocupacional e na qualidade de vida e, ainda, foram estendidas várias ações aos prestadores de serviço.

- Dentre as principais ações implementadas, destacam-se as seguintes:
- Treinamentos adicionais de procedimentos de segurança;
  - Inspeções de segurança - ações sistemáticas e periódicas sobre aspectos de SST, sobre o cumprimento das medidas preventivas de segurança, procedimentos de trabalho e alojamentos/áreas de vivência;
  - Dia "S" - paralisação total dos processos produtivos da empresa para abordagens educativas e fiscalizações;
  - Campanhas preventivas, sistemáticas e periódicas de saúde (campanhas de vacinação, DST/AIDS, tabagismo, alcoolismo, doação de sangue, hipertensão arterial, diabetes, alimentação saudável, obesidade, sedentarismo, saúde do homem, materno-infantil) e segurança do trabalho (procedimentos de trabalho, procedimentos de segurança, situações de emergência, identificação/avaliação e gerenciamento de riscos, direção defensiva, trabalho em altura, Semana Interna de Prevenção de Acidentes e Meio Ambiente, Dia de Prevenção do Acidente do Trabalho);
  - Premiação das CIPAs (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes) com melhores indicadores de saúde e segurança;
  - Ações com foco na melhoria da qualidade de vida: ginástica laboral, massagem terapêutica/shiatsu, atividades esportivas e de lazer (futebol, jogos SESI e passeios ecológicos), Programa Vida Leve, corrida de rua, exames médicos ocupacionais.

Considerando os riscos inerentes ao produto - energia elétrica - foram desenvolvidas, em parceria com outras áreas da Companhia, ações de prevenção dirigidas aos clientes, tais como:

- Palestras e orientações sobre uso seguro da energia elétrica em escolas, associações de moradores, comunidades próximas às subestações e empresas, difundindo o conceito do uso seguro e eficiente da energia;
- Panfletagem sobre uso seguro da energia elétrica em comunidades próximas às subestações de energia;
- Semana Nacional de Segurança da População com Energia Elétrica, em parceria com a Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica);
- Disponibilização de material educativo (Energia Segura) nas agências de atendimento da CELPE;
- Campanhas em mídias diversas e entrevistas educativas, através de mídia espontânea em meios de comunicação de massa, alertando à população sobre os riscos e cuidados com o uso e exposição à energia elétrica em casa e na rua, fomentando o uso seguro da energia.

De forma a garantir o cumprimento das cláusulas contratuais e das obrigações de saúde e segurança do trabalho, foram realizadas as seguintes ações preventivas com as Empresas Prestadoras de Serviços:

- Recepção Integrada das Empresas Prestadoras de Serviços Contratadas/Auditorias Integradas (Saúde, Segurança, Previdenciária e Trabalhista);
- Encontro dos Profissionais de Segurança e Saúde das Empresas Prestadoras de Serviços - ETESEG;
- Feira de Material de Segurança de Uso Individual e Coletivo - FEMASEG;
- Inspeções de Segurança - ações sistemáticas e periódicas sobre aspectos de SST, sobre o cumprimento das medidas preventivas de segurança, procedimentos de trabalho e alojamentos/áreas de vivência.

**9 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

A CELPE trabalha continuamente para consolidar práticas sustentáveis em sua estratégia de negócio, sendo uma empresa referência no Estado pela qualidade de seus serviços e pela contribuição para o bem estar da sociedade e a preservação do meio ambiente.

Em 2012, a Companhia deu continuidade à publicação de seu Relatório de Sustentabilidade seguindo as diretrizes da *GRI - Global Reporting Initiative*. É o 6º ano consecutivo que o relatório vem sendo utilizado na elaboração do documento. O relatório, divulgado no site da empresa aos diversos públicos de relacionamento foi encaminhado a ONU como parte do compromisso assumido pela CELPE, em 2007, na adesão aos 10 Princípios do Pacto Global. No documento, diversos projetos e práticas de gestão reafirmam o compromisso da Empresa para o atendimento aos 10 Princípios do Pacto e as Oito Metas do Milênio da ONU.

**9.1. PROJETOS SOCIAIS E CULTURAIS**

Em 2012, a CELPE deu continuidade ao investimento social externo, a partir do seu Programa de Responsabilidade Social Energia para Crescer. Os projetos e investimentos realizados tiveram como foco de atuação as áreas de Educação, Cultura e Meio Ambiente.

Na área educacional, foram apoiados os programas Finanças Pessoais, Atitude pelo Planeta e Miniempresa, da Ong Junior Achievement. A CELPE é parceira da entidade desde 2003 e os programas desenvolvidos engajam executivos da Companhia em ações de voluntariado, contribuindo na formação de jovens para o empreendedorismo. O apoio da Companhia possibilitou o atendimento de 11.774 alunos do ensino médio e do ensino fundamental. Foram implementados 09 programas em 85 Escolas de 21 municípios de Pernambuco. Atuaram em sala de aula 565 voluntários de várias empresas parceiras.

Outra iniciativa da Companhia foi a continuidade do patrocínio ao Instituto Ayrton Senna, através do projeto Educação pela Arte, que beneficiou as entidades Ária Social e Movimento Pró-Criança. Desde 2006, o projeto já contemplou mais de 350 educadores e atendeu quase 19 mil crianças. Para 2013, a Companhia redirecionará o investimento no Instituto para os programas Se Liga e Acelera, que visam corrigir o fluxo escolar do ensino fundamental para combater o analfabetismo nas primeiras séries, além de contribuir para a diminuição da evasão escolar. Serão aplicados em escolas públicas do estado para uma média de 1.000 alunos, mensalmente. Com ambos os programas, o Instituto consegue reduzir o passivo de crianças com dificuldades de alfabetização e que não estão na série



→ Continuação

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	31/12/2012		31/12/2011		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2012		31/12/2011	
				(Reclassificado)					(Reclassificado)		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	192.602	236.788			Fornecedores	14	318.791	260.609		
Contas a receber de clientes e outros	5	677.858	821.851			Emprestimos e financiamentos	15	173.501	168.648		
Títulos e valores mobiliários	6	6.761	26.233			Debêntures	16	103.750	194.330		
Impostos e contribuições a recuperar	7	56.942	56.276			Salários e encargos a pagar	17	23.043	18.289		
Estoques		6.324	5.190			Taxas regulamentares	18	48.446	30.077		
Despesas pagas antecipadamente		1.688	2.307			Impostos e contribuições a recolher	19	106.177	113.540		
Serviços em curso	8	13.014	10.305			Dividendos e juros sobre capital próprio	20	4.114	22.653		
Outros ativos circulantes	9	35.856	19.982			Provisões	21	17.187	8.904		
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>991.045</b>	<b>1.178.932</b>			Entidade de previdência privada	31	16.298	15.233		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						Outros passivos circulantes	22	127.588	54.572		
Contas a receber de clientes e outros	5	245.597	415.170			<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>938.865</b>	<b>886.855</b>		
Títulos e valores mobiliários	6	2.803	8.034			<b>NAO CIRCULANTE</b>					
Impostos e contribuições a recuperar	7	17.689	14.490			Fornecedores	14	26.030	23.994		
Impostos e contribuições diferidos	10	322.767	330.918			Emprestimos e financiamentos	15	587.417	559.447		
Depósitos judiciais	11	36.865	30.520			Debêntures	16	359.299	456.782		
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12	464.132	269.623			Taxas regulamentares	18	43.213	38.297		
Outros ativos não circulantes	9	2.158	2.158			Impostos e contribuições a recolher	19	-	1.654		
Investimentos		2.734	2.467			Provisões	21	50.883	51.659		
Intangível	13	1.785.195	1.660.840			Entidade de previdência privada	31	282.959	279.500		
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.879.940</b>	<b>2.734.220</b>			Outros passivos não circulantes	22	21.621	6.700		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.870.985</b>	<b>3.913.152</b>			<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.371.422</b>	<b>1.419.003</b>		
						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>23</b>				
						Capital social		590.174	590.174		
						Reservas de capital		558.080	558.080		
						Reservas de lucros		401.107	386.776		
						Outros resultados abrangentes		-	14.214		
						Proposta de distribuição de dividendos adicional		11.337	58.050		
						<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.560.698</b>	<b>1.607.294</b>		
						<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.870.985</b>	<b>3.913.152</b>		

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/12/2012	31/12/2011
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>24</b>	<b>3.545.861</b>	<b>2.914.133</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO</b>	<b>25</b>	<b>(2.779.872)</b>	<b>(2.110.065)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>25</b>	<b>765.989</b>	<b>804.068</b>
Despesas com vendas	25	(509.714)	(244.146)
Despesas operacionais e administrativas	25	(174.970)	(129.390)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>81.305</b>	<b>430.532</b>
Resultado financeiro		(58.592)	(103.543)
Receitas financeiras	26	127.811	137.247
Despesas financeiras	26	(186.403)	(240.790)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>22.713</b>	<b>326.989</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(7.585)</b>	<b>(43.573)</b>
Corrente	10	553	(54.576)
Diferido	10	10.350	(9.134)
Imposto de renda - SUDENE	10	12	40.629
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL	10	(18.500)	(20.492)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>15.128</b>	<b>283.416</b>
<b>LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:</b>			
Ordinária		0,2026	3,7948
Preferencial A		0,2026	3,7948
Preferencial B		0,2228	4,1742

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Lucro do exercício</b>	<b>15.128</b>	<b>283.416</b>
Outros resultados abrangentes		
Ganhos de ativos financeiros da concessão	-	14.694
Tributos s/ ganhos de ativos financeiros da concessão	-	(7.323)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	7.371
<b>Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>	<b>15.128</b>	<b>290.787</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

Ref.:	31/12/2012	31/12/2011
<b>Receitas</b>		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	5.049.177	4.360.492
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(388.275)	(130.303)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	(1.734)	1.003
	4.659.168	4.231.192
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Energia elétrica comprada para revenda	(1.910.691)	(1.471.709)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(202.477)	(179.965)
Matérias-primas consumidas	(4.550)	(7.950)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(822.569)	(572.115)
	(2.940.287)	(2.206.839)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>1.718.881</b>	<b>2.024.353</b>
Amortização	(*) (145.897)	(141.814)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>1.572.984</b>	<b>1.882.539</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	127.811	137.247
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>1.700.795</b>	<b>2.019.786</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remunerações	85.144	78.977
Encargos sociais (exceto INSS)	18.683	17.368
Entidade de previdência privada	13.352	12.791
Auxílio alimentação	9.659	8.985
Convênio assistencial e outros benefícios	5.221	3.900
Despesas com desligamento	8.644	2.195
Férias e 13º salário	20.255	20.795
Plano de saúde	3.260	9.552
Indenizações trabalhistas	3.319	3.861
Participação no resultado	8.235	8.205
Administradores	3.298	2.184
Encerramento de ordem em curso	1.285	1.805
(-) Transferência para ordens	(39.608)	(37.062)
<b>Subtotal</b>	<b>142.347</b>	<b>133.556</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
INSS (sobre folha de pagamento)	21.726	19.747
ICMS	894.149	846.009
PIS/COFINS sobre faturamento	230.626	218.244
Imposto de renda e contribuição social	7.586	43.573
Obrigações intra-setoriais	196.432	229.476
Outros	4.287	2.847
<b>Subtotal</b>	<b>1.354.806</b>	<b>1.359.896</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros e variações cambiais	186.402	240.790
Aluguéis	2.112	2.128
<b>Subtotal</b>	<b>188.514</b>	<b>242.918</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Juros sobre capital próprio	-	89.650
Dividendos distribuídos	3.779	95.087
Dividendos propostos	11.337	58.050
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	12	40.629
<b>Subtotal</b>	<b>15.128</b>	<b>283.416</b>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>1.700.795</b>	<b>2.019.786</b>

(\*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS. As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

Ref.:	31/12/2012	31/12/2011	Ref.:	31/12/2012	31/12/2011
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>22.713</b>	<b>326.989</b>	<b>Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos</b>	<b>(11.588)</b>	<b>(25.780)</b>
<b>AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUENDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			<b>Impostos e contribuições a recolher</b>	<b>(9.016)</b>	<b>6.248</b>
Amortização	(*) 145.897	141.814	Indenizações/contingências pagas	(30.538)	(25.356)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	142.694	179.955	Entidade de previdência privada	(12.362)	(27.594)
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(23.790)	-	Outros passivos	86.936	8.783
Valor residual do ativo intangível baixado	7.312	3.375	<b>CAIXA ORIUENDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>696.403</b>	<b>545.665</b>
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	29.391	27.882	<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	314.364	97.095	Aquisição de investimentos	(269)	(572)
<b>Transações de Capital com os Sócios</b>	<b>638.581</b>	<b>777.110</b>	Aquisição de intangível	(613.078)	(330.065)
Destinações:			Aplicação em títulos e valores mobiliários	(197.200)	(76.317)
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	Resgate de títulos e valores mobiliários	222.693	62.124
Juros sobre capital próprio	(798)	(71.056)	<b>GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(487.854)</b>	<b>(344.830)</b>
Dividendos a distribuir	13.533	(12.711)	<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos propostos (Nota 20)	(5.245)	19.552	Captação de empréstimos e financiamentos	146.183	376.782
Outros ativos	(1.134)	(421)	Captação de debêntures	146.183	376.782
Depósitos judiciais	(5.375)	(6.956)	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(143.528)	(287.979)
Despesas pagas antecipadamente	619	(699)	Amortização do principal de debêntures	(182.959)	(224.423)
Outros ativos	38.381	(2.343)	Obrigações vinculadas	7.833	4.525
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>39.981</b>	<b>(74.634)</b>	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(80.264)	(233.823)
Contas a receber de clientes e outros	(798)	(71.056)	<b>UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(252.735)</b>	<b>(4.918)</b>
IR e CSLL a recuperar	13.533	(12.711)	<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(44.186)</b>	<b>195.917</b>
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(5.245)	19.552	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	236.788	40.871
Estoques	(1.134)	(421)	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	192.602	236.788
Depósitos judiciais	(5.375)	(6.956)	<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	<b>(44.186)</b>	<b>195.917</b>
Despesas pagas antecipadamente	619	(699)			
Outros ativos	38.381	(2.343)			
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>39.981</b>	<b>(74.634)</b>			
Fornecedores	60.218	29.792			
Salários e encargos a pagar	4.754	(6.089)			
Encargos de dívidas e swap pagas	(93.848)	(112.516)			
Taxas regulamentares	23.285	(4.299)			

(\*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS. As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

**BALANÇOS SOCIAIS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO)**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Informações monetárias em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 - BASE DE CÁLCULO	2012 R\$ mil				2011 R\$ mil			
Receita Líquida (RL)								
Resultado Operacional (RO)								
Folha de Pagamento Bruta (FPB)								
Valor Adicionado Total (VAT)								
<b>2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (1)</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>% sobre VAT</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>% sobre VAT</b>
Alimentação	9.772	6,24	0,28	0,57	9.098	6,53	0,31	0,45
Encargos sociais compulsórios	39.437	25,19	1,11	2,32	35.954	25,81	1,23	1,78
Previdência privada	13.352	8,53	0,38	0,79	12.791			





➔ **Continuação**

CPC 30 (R1)/IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta Norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.  
CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a Empregados - aprovado pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012. A revisão desta Norma engloba alterações como a remoção do mecanismo do corredor, o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano e esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações. Esta revisão entrará em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013. A Companhia está avaliando os impactos futuros da adoção dessas emendas sobre as demonstrações financeiras a serem emitidas a partir da data de vigência.  
CPC 35 (R2)/IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 693, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta Norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.  
CPC 36 (R3)/IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 698, de 20 de dezembro de 2012. A revisão desta Norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.  
CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta Norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.  
CPC 45/IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades - aprovado pela Deliberação CVM nº 697, de 13 de dezembro de 2012. A revisão desta Norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.  
CPC 46/IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - aprovado pela Deliberação CVM nº 699, de 20 de dezembro de 2012. A revisão desta Norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

**2.28 - REAPRESENTAÇÃO DAS CIFRAS COMPARATIVAS**

As informações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificadas, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	31/12/11	
	Balanco Patrimonial	Reclassificado
<b>Ativo circulante</b>		
Contas a receber de clientes e outros	(a)	815.392
Impostos e contribuições a recuperar	(b)	53.433
Despesas pagas antecipadamente	(b)/(c)	5.161
Serviço em curso	(d)	58.851
Outros ativos circulantes	(a)/(c)	26.430
<b>Ativo não circulante</b>		
Títulos e valores mobiliários	(e)	57.838
Impostos e contribuições sociais diferidos	(f)	164.542
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	(f)	212.392
<b>Passivo circulante</b>		
Taxas regulamentares	(d)	63.990
<b>Passivo não circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos	(e)	609.251
Taxas regulamentares	(d)	52.930
Impostos e contribuições sociais diferidos	(f)	46.016

	31/12/11	
	Demonstração do Resultado	Reclassificado
<b>Custo</b>		
Custo do serviço	(g)	(2.185.354)
<b>Despesas</b>		
Despesas com vendas	(g)	(168.910)
Despesas gerais e administrativas	(g)	(129.337)

Notas:  
(a) Reclassificação dos créditos a receber referentes ao Subsídio Baixa Renda (R\$ 6.459 em 31 de dezembro de 2011) do grupo de outros ativos circulantes.  
(b) Reclassificação das contas PIS Efetivo e COFINS Efetivo, da linha de despesas pagas antecipadamente para a linha de impostos e contribuições a recuperar, no valor de R\$ 2.843.  
(c) Reclassificação da conta encargos financeiros da linha de despesas pagas antecipadamente para a linha de outros ativos circulantes, no valor de R\$ 11.  
(d) Os gastos relativos aos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética apropriados como serviços próprios em curso estão sendo apresentados líquidos dos recursos disponíveis para aplicação nesses programas, no grupo de Taxas Regulamentares.  
(e) Apresentação da dívida, líquida das garantias vinculadas.  
(f) Os Impostos diferidos representam as diferenças temporárias determinadas pela comparação entre os valores contábeis de ativos e passivos, conforme orientação CPC 32.  
(g) Ajuste na transferência por atividade da despesa com PCLD.

**3 Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas**

**3.1 - JULGAMENTOS**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

**3.2 - ESTIMATIVAS E PREMISSAS**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

**a) Bifurcação dos bens da concessão do serviço público - ativo financeiro indenizável e ativo intangível**  
A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final do contrato de concessão, com direito de recebimento integral de indenização pelo poder concedente, sobre os investimentos ainda não amortizados e estimou o ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos clientes. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo valor residual contábil ao final da concessão. Essa determinação impactou a base de formação dos ativos que possuem cláusula de indenização prevista no contrato de concessão, norteado pela ICPC-01 (IFRIC-12).

**b) Contratos de construção**  
Em atendimento ao CPC 17 e ICPC 01, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura, considerando que no negócio de distribuição de energia elétrica no Brasil não há margem nos serviços de construção. Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, já que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na Base de Remuneração Regulatória da Sociedade. A atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária, a remuneração com margem diferente de zero, sobre os serviços de construção.

**c) Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas**  
A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.  
**d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

**e) Benefícios pós-emprego**  
O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

**4 Caixa e Equivalentes de Caixa**

	31/12/12	31/12/11
Caixa e Depósitos bancários à vista	13.459	12.316
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	20.229	3.205
Fundos de investimento	158.914	221.267
	<b>192.602</b>	<b>236.788</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, CDB's e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia. As demais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB's, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa a percentuais que variam de 95% a 101%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

**5 Contas a Receber de Clientes e Outros**

As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Consumidores	(a)	1.301.184	1.345.253
Títulos a receber	(b)	2.214	2.257
Comercialização de energia na CCEE	(c)	53.063	27.447
Disponibilização do sistema de distribuição		19.779	15.273
Serviços prestados a terceiros		2.472	2.739
Serviços taxados e administrativos		51.100	63.140
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(d)	33.296	6.459
Outros créditos		38.477	38.219
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(e)	(578.130)	(263.766)
<b>Total</b>		<b>923.455</b>	<b>1.237.021</b>
Circulante		677.858	821.851
Não circulante		245.597	415.170

**(a) Consumidores**

	Saldos vencidos			Total		PCLD	
	Até 90 dias	Mais de 90 dias		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
<b>Setor privado</b>							
Residencial	144.599	55.113	412.510	612.222	648.148	(412.510)	(141.145)
Industrial	57.297	5.800	80.839	143.936	157.710	(63.809)	(45.505)
Comercial, serviços e outras	87.453	15.429	62.210	165.092	171.912	(45.348)	(25.507)
Rural	25.180	5.702	50.242	81.124	76.682	(24.845)	(28.491)
	<b>314.529</b>	<b>82.044</b>	<b>605.801</b>	<b>1.002.374</b>	<b>1.054.452</b>	<b>(546.512)</b>	<b>(240.648)</b>
<b>Setor público</b>							
Poder público							
Federal	8.145	663	2.550	11.358	11.718	(1.155)	(1.358)
Estadual	14.306	200	833	15.339	15.724	(1.099)	(1.292)
Municipal	85.266	8.126	7.141	100.533	105.425	(5.649)	(12.464)
	<b>107.717</b>	<b>8.989</b>	<b>10.524</b>	<b>127.230</b>	<b>132.867</b>	<b>(7.903)</b>	<b>(15.114)</b>
Iluminação pública	10.500	7.732	10.097	28.329	35.280	(2.386)	(1.783)
Serviço público	23.497	1.357	6.628	31.482	37.826	(595)	(4.274)
Fornecimento não faturado	111.769	-	-	111.769	84.828	-	-
<b>Total</b>	<b>568.012</b>	<b>100.122</b>	<b>633.050</b>	<b>1.301.184</b>	<b>1.345.253</b>	<b>(557.396)</b>	<b>(261.819)</b>
Circulante				1.064.199	960.958	(541.675)	(96.985)
Não circulante				236.985	384.295	(15.721)	(164.834)

As contas a receber do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados *pro rata* temporis.

**(b) Títulos a receber**

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros, oriundos de débitos de agentes arrecadadores, aluguéis, custas processuais, dentre outros.

	Vencidos			Total		PCLD	
	Até 90 dias	Mais 90 dias		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Setor público	36	3	27	66	110	(27)	(44)
Setor privado	966	107	1.075	2.148	2.147	(2.025)	(1.903)
<b>Total</b>	<b>1.002</b>	<b>110</b>	<b>1.102</b>	<b>2.214</b>	<b>2.257</b>	<b>(2.052)</b>	<b>(1.947)</b>
Circulante				1.662	1.255	(1.555)	(1.104)
Não circulante				552	1.002	(497)	(843)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores, líquidos do PCLD, são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.  
**(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**  
Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia - MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada a incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

**(d) Subvenção à baixa renda - tarifa social**

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita - DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2012 é R\$ 33.296, (R\$ 6.459 em 2011), relativo às subvenções dos meses de novembro (R\$ 16.344) e dezembro (R\$ 16.952) de 2012.

**(e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada pela administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Dois mudanças impactaram nas estratégias de cobrança da Companhia, conforme descrito a seguir:  
a) as decorrentes das regras comerciais promovidas pela Resolução ANEEL 414/10, que estabeleceu restrições aos cortes de consumidores inadimplentes; b) os reflexos da Lei 12.212/10 e Decreto 7.583/11, que impactaram a política de diferenciação de tarifas existentes para o grupo de baixa renda, visto que antes a análise era realizada anteriormente, considerando tão somente o consumo em kWh ou a auto declaração para determinar se o cliente era apto ou não a receber a tarifa diferenciada. Com a referida Lei, passou a ser exigido o seu efetivo cadastramento nos planos sociais do Governo, o NIS - Número de Identificação Social, o BPC - Benefício de Prestação Continuada ou NB - Número do Benefício. Tal alteração desencadeou o descredenciamento de mais de 770 mil clientes, que passaram a ter sua fatura com a tarifa cheia, além de pagar o ICMS, encarecendo a conta de energia desse segmento de clientes, e levando a Companhia a deixar de receber a respectiva subvenção.

Do total de clientes da Celpe, que corresponde a cerca de 3,2 milhões de consumidores, a Companhia, preventivamente, selecionou um grupo de clientes com perfil vulnerável às mudanças acima citadas, definindo uma estratégia específica de cobrança. Este grupo foi denominado de Conjunto Monitorado, correspondendo a cerca de 360 mil clientes. Nesse conjunto a maior concentração era de clientes da classe residencial e dentro desta classe, a maioria possuía perfil de baixo consumo de energia.

A Administração da Companhia, através de seus órgãos representativos - Diretoria Executiva e Conselho de Administração, além do Comitê de Auditoria, baseada em sua experiência das perdas efetivas da Companhia e em seu melhor entendimento do cenário econômico e regulatório, ainda em 2011, resolveu dar um tratamento especial aos clientes mais vulneráveis às mudanças regulatórias e legais já mencionadas acima.

O Conjunto Monitorado seguiu seu cronograma de cobrança previsto e durante 2012 os lotes foram devidamente acionados, e todas as ações de cobrança realizadas. Não houve nenhuma alteração da política de contabilização da PCLD em 2012, tão somente o cumprimento do cronograma inicialmente previsto e iniciado em julho de 2011 e finalizado em dezembro de 2012. Os clientes acionados que não responderam as ações de cobrança, tiveram seus débitos lançados integralmente à PCLD.

A partir do segundo semestre de 2011, a Companhia realizou uma readequação de seus processos de cobrança, contemplando a restrição de ações de parcelamento e intensificando as ações de campo para os consumidores inadimplentes contumazes. Dessa forma, para aqueles consumidores que não responderam às novas ações de cobrança, a Companhia realizou o provisionamento de seus débitos. Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, foi adicionado ao lucro real e a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	Consumidores	Títulos a receber	Outros créditos	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>(261.819)</b>	<b>(1.947)</b>	-	<b>(263.766)</b>
Adições	(351.328)	(502)	(18.682)	(370.512)
Reversões	55.751	397	56.148	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>(557.396)</b>	<b>(2.052)</b>	<b>(18.682)</b>	<b>(578.130)</b>

**6 Títulos e Valores Mobiliários**

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, além de aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo e Letras Financeiras do Tesouro (LFT).

Agente financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/12	31/12/11
Banco do Brasil	(1)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	-	17.750
Banco Itaú	(2)	CDB	out-13	CDI	-	307
Bradesco		Fundo de Investimento	(*)	CDI	1.119	7.502
Bradesco	(2)	LFT	mar-13	CDI	22	226
Caixa Econômica Federal		CDB	diversos	CDI	5.230	224
Caixa Econômica Federal		LFT	diversos	CDI	-	6.261
Votorantim	(2)	CDB	dez-12	CDI	-	112
Votorantim	(2)	CDB	dez-12	CDI	-	1.194
Banco Itaú		CDB	jul-12	CDI	-	126
Caixa Econômica Federal		Fundo de Investimento	(*)	Variável	1.397	565
Banco Itaú		CDB	jul-13	CDI	68	-
Caixa Econômica Federal		CDB	diversos	CDI	1.684	-
Votorantim		CDB	dez-13	CDI	44	-
<b>Total</b>					<b>9.564</b>	<b>34.267</b>
Circulante					6.761	26.233
Não circulante					2.803	8.034

(1) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras (vide nota explicativa nº 15).  
(2) Constituem garantia para leilão de energia.  
(\*) Aplicações com liquidez imediata sem vencimento pré-determinado.  
Os CDB's são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.  
A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:  
**Saldos em 31 de dezembro de 2011** **34.267**  
Aplicações 197.200  
Resgates (222.693)  
Remuneração 789  
**Saldos em 31 de dezembro de 2012** **9.564**

**7 Impostos e Contribuições a Recuperar**

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	15.044	20.898
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	10.417	5.943
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	17.397	16.494
Programa de integração social - PIS	(c)	1.722	1.226
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	7.949	8.112
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		3.998	3.258
Imposto sobre serviços - ISS		415	345
		<b>56.942</b>	<b>56.276</b>
<b>Não circulante</b>			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	17.689	14.490
		<b>17.689</b>	



➔ **Continuação**

**(II) Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora**

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01. Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

Ágio - incorporado	1.494.454				
Provisão constituída	(986.340)				
<b>Benefício fiscal</b>	<b>508.114</b>				
Amortização acumulada	(869.772)				
Reversão acumulada	574.050				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>212.392</b>				
Amortização	(54.413)				
Reversão	35.912				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>193.891</b>				
Ativo Não Circulante	193.891				

O ágio fiscal está sendo amortizado pelo exercício remanescente de exploração da concessão, desde agosto de 2001, em 336 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 192, de 31 de maio de 2001, conforme curva abaixo:

Curvas de amortização de ágio					
Ano	CELPE	Ano	CELPE	Ano	CELPE
2012	0,03641	2018	0,02682	2024	0,01860
2013	0,03480	2019	0,02573	2025	0,01773
2014	0,03342	2020	0,02335	2026	0,01690
2015	0,03202	2021	0,02238	2027	0,01609
2016	0,02918	2022	0,02140	2028	0,01476
2017	0,02798	2023	0,02045		

**11 Depósitos Judiciais**

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	31/12/12	31/12/11
Trabalhistas	8.437	7.172
Cíveis	16.715	12.955
<b>Fiscais:</b>	<b>11.713</b>	<b>10.393</b>
PIS/COFINS	946	111
Impostos municipais	3.283	2.844
INSS	1.090	1.032
IOF	6.265	6.265
Outros	129	141
<b>Total</b>	<b>36.865</b>	<b>30.520</b>

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

**12 Concessão de Serviço Público (Ativo Financeiro)**

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica IPCO 01 (R1) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
  - (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 13).
- A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes à concessão de serviço público (ativo financeiro) está assim apresentada:

	Ref.	269.623
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>		
Baixas	(5)	
Transferências	(a)	170.724
Atualização monetária/valor justo		23.790
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>		<b>464.132</b>
(a) Transferência do Intangível devido à renunciação da infraestrutura da concessão, em decorrência das novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgados no setor elétrico, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 474/12 (vide nota explicativa nº 13) no montante de R\$ 79.426 e transferência do intangível pelo processo de novos ativos incorporados no montante de R\$ 91.298.		
A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em março de 2030. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.		
Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.		

**13 Intangível**

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	31/12/12	31/12/11
<b>Taxas Anuais</b>		
Médias		
<b>Ponderadas de Amortização (%)</b>	<b>Custo</b>	<b>Obrigações Especiais</b>
Amortização	4,90	1.385.084
Valor Líquido	3.195.009	1.470.311
<b>Em curso</b>		
Amortização	162.566	(6.371)
Valor Líquido	156.195	190.529
<b>Total</b>	<b>3.357.575</b>	<b>(1.385.084)</b>
		<b>(187.296)</b>
		<b>1.785.195</b>
		<b>1.660.840</b>

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada da seguinte:

	Em serviço			Em curso			Valor Líquido	Valor Líquido
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>2.886.494</b>	<b>(1.240.184)</b>	<b>(203.382)</b>	<b>1.442.928</b>	<b>164.938</b>	<b>(6.006)</b>	<b>158.932</b>	<b>1.601.860</b>
Adições	-	-	(609)	(609)	330.674	(4.525)	326.149	325.540
Baixas	(5.053)	3.578	(3.244)	(4.719)	1.153	191	1.344	(3.375)
Amortizações	-	(152.637)	10.823	(141.814)	-	-	-	(141.814)
Transferências - Intangíveis	300.043	-	(4.147)	295.896	(300.043)	4.147	(295.896)	-
Transferências - Ativos financeiros	(124.229)	-	1.093	(123.136)	-	-	-	(123.136)
Transferências - Outros	-	1.765	-	1.765	-	-	-	1.765

**(c) Condições contratuais dos empréstimos da Companhia em 31 de dezembro de 2012:**

Fonte	Data de Assinatura	Moeda	Objetivo	Juros	Swap	Vencimento	Garantias
BNB 1	30/11/04	R\$	Eletificação	10% a.a.	Não aplicável	2013	Aval Neoenergia e Aplicação Financeira
BNB 3	29/12/05	R\$	Eletificação	10% a.a.	Não aplicável	2012	Aval Neoenergia e Aplicação Financeira
BNB 6	27/06/08	R\$	Eletificação	10% a.a.	Não aplicável	2016	Receíveis, Aval Neoenergia e Aplicação Financeira
BNDES 6 FINEM (B)	01/12/06	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 4,3% a.a.	Não aplicável	2012	Aval Neoenergia e Fundo de Investimento
BNDES 6 FINEM (C)	01/12/06	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 4,3% a.a.	Não aplicável	2013	Aval Neoenergia e Fundo de Investimento
CEF/COHAB	Diversos	R\$	Eletificação Conj. Habitacional	TR + 2 a 5,5% a.a.	Não aplicável	2014	Receita Própria, Aval Governo do Estado e Fiança Bancária
ECF 0018 UFIR	01/07/04	R\$	Universalização	UFIR + 6% a.a.	Não aplicável	2016	Receita Própria
ECF 0115 UFIR	17/11/05	R\$	Universalização	UFIR + 6% a.a.	Não aplicável	2017	Receita Própria
ECF EMERGENCIAL 2871/2010	28/10/10	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	5% a.a.	Não aplicável	2015	Receita Própria e Nota Promissória
FINEP	14/10/09	R\$	Pesquisa e Desenvolvimento	(TJLP-6%) + 5% a.a.	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
KFW 1	29/05/96	EURO	Distribuição Rural/SeS/LTs	2% a.a.	72,5% do CDI	2026	Aval Governo do Estado/Federal e Fiança Bancária
KFW 2	29/05/96	EURO	Distribuição Rural/SeS/LTs	4,5% a.a.	92% do CDI	2016	Aval Governo do Estado/Federal e Fiança Bancária
BNDES 7 - FINEM (C3)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,12% a.a.	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (D3)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 3,12% a.a.	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (E3)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	4,5% a.a.	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BANCO DO BRASIL	06/05/10	R\$	Rest. da Dívida	12,149% a.a.	99,5% do CDI	2014	Clean
BNDES 7 - FINEM (Q4)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	5,5% a.a.	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (O4)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 1,82% a.a.	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (P4)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,82% a.a.	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (O8)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 1,82% a.a.	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (P8)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,82% a.a.	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (O8)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	5,5% a.a.	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
BANCO DO BRASIL	28/01/11	R\$	Rest. da Dívida	98,5% CDI	Não aplicável	2014	Clean
BNDES 7 - FINEM (A8)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 1,82% a.a.	Não aplicável	2017	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (B8)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,82% a.a.	Não aplicável	2017	Aval Neoenergia
FINEP 2011	25/11/11	R\$	Investimento em Distribuição e Eficiência Energética	4% a.a.	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia

	Em serviço			Em curso			Total	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais		Valor líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>3.057.255</b>	<b>(1.387.478)</b>	<b>(199.466)</b>	<b>1.470.311</b>	<b>196.722</b>	<b>(6.193)</b>	<b>190.529</b>	<b>1.660.840</b>
Adições	-	-	-	-	513.078	(7.833)	505.245	505.245
Baixas	(221.476)	213.558	513	(7.405)	98	-	98	7.307
Amortizações	-	(155.570)	9.673	(145.897)	-	-	-	(145.897)
Transferências - Intangíveis	545.964	-	(7.655)	538.309	(545.964)	7.655	(538.309)	-
Transferências - Ativos financeiros	(186.734)	-	16.010	(170.724)	-	-	-	(170.724)
Transferências - Outros	-	(55.594)	-	(55.594)	(1.368)	-	(1.368)	(56.962)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>3.195.009</b>	<b>(1.385.084)</b>	<b>(180.925)</b>	<b>1.629.000</b>	<b>162.566</b>	<b>(6.371)</b>	<b>156.195</b>	<b>1.785.195</b>

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como concessão de serviço público (ativo financeiro) (vide nota explicativa nº 12).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição. Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil-econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e um aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, após análise dos aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, foi efetuada uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 - Contratos de Concessão.

**(a) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica**  
As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do ingresso tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

**(b) Análise do valor de recuperação dos ativos**  
A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos em uso com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- ✓ Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- ✓ Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

**14 Fornecedores**

	31/12/12	31/12/11
<b>Composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:</b>		
<b>Fornecedores</b>	<b>257.199</b>	<b>187.456</b>
Energia elétrica	184.722	119.306
Terceiros	72.477	68.150
Partes relacionadas	23.040	20.626
<b>Encargos de uso da rede</b>	<b>22.968</b>	<b>20.558</b>
Terceiros	72	68
Partes relacionadas	38.552	52.527
<b>Materiais e serviços</b>	<b>38.162</b>	<b>51.259</b>
Terceiros	390	1.268
Partes relacionadas	26.030	23.994
<b>Energia livre</b>	<b>344.821</b>	<b>284.603</b>
Circulante	318.791	260.609
Não circulante	26.030	23.994

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADÉE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

**15 Empréstimos e Financiamentos**

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

	Encargos			Principal	Não Circulante	Total
	Taxa Efetiva	Circulante	Circulante			
<b>Composição da dívida</b>						
<b>Moeda nacional</b>						
Banco do Nordeste	10% a.a.	56	10.923	-	10.979	21.992
BNB	10% a.a.	7	1.400	-	1.407	16.811
BNB 6	10% a.a.	100	26.884	67.211	94.195	121.108
(-) Custos de transação						



➔ **Continuação**

**20 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos aos seus acionistas, da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor Deliberado	Valor por Ação		
			ON	PNA	PNB
<b>2012</b>					
AGO de 18 de abril de 2012	Dividendos	58.050	0,7772528	0,7772528	0,8549781
<b>2011</b>					
RCA de 31 de março de 2011	JSCP	22.413	0,3000938638	0,3000938638	0,3301032502
AGO de 26 de abril de 2011	Dividendos	50.357	0,6742471105	0,6742471105	0,7416718215
RCA de 30 de junho de 2011	JSCP	22.413	0,3000938638	0,3000938638	0,3301032502
RCA de 29 de agosto de 2011	Dividendos	95.087	1,2731505726	1,2731505726	1,4004656298
RCA de 30 de setembro de 2011	JSCP	22.413	0,3000938638	0,3000938638	0,3301032502
RCA de 29 de dezembro de 2011	JSCP	22.411	0,3000670852	0,3000670852	0,3300737938
		<b>235.094</b>			

O pagamento dos juros sobre o capital próprio será considerado ao final do exercício para cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

O Artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, as ações preferenciais classe "A" terão direito ao recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 10% ao ano sobre o lucro líquido, e no reembolso do capital, sem prêmio. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido:	31/12/2012	31/12/2011
Ações ordinárias	2.240	35.975
Ações preferenciais classe "A"	1.512	24.279
Ações preferenciais classe "B"	28	443
<b>Total</b>	<b>3.779</b>	<b>60.697</b>
<b>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado:</b>		
Lucro líquido do exercício	15.128	283.416
Incentivo fiscal SUDENE (12)	(40.629)	(40.629)
Amortização do ágio incorporado	54.414	60.271
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido (35.913)	(35.913)	(39.779)
Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado (18.500)	(18.500)	(20.492)
Base de cálculo do dividendo	15.117	242.787
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>3.779</b>	<b>60.697</b>

**Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:**

Dividendos Intermediários - R\$ 0,00 por ação ON e R\$ 0,00 por ação PNA e R\$ 0,00 por ação PNB (2011 R\$ 1,2731506 por ação ON e R\$ 1,2731506 por ação PNA e R\$ 1,4004656 por ação PNB)

Juros sobre capital próprio - R\$ 0,00 por ação ON e R\$ 0,00 por ação PNA e R\$ 0,00 por ação PNB (2011 R\$ 1,2003487 por ação ON e R\$ 1,2003487 por ação PNA e R\$ 1,3203835 por ação PNB)

Dividendos Propostos - R\$ 0,0337821 por ação ON e R\$ 0,1997581 por ação PNA e R\$ 0,0371603 por ação PNB (2011 R\$ 0,00 por ação ON e R\$ 0,00 por ação PNA e R\$ 0,00 por ação PNB)

Dividendos adicionais propostos - R\$ 0,1686130 por ação ON e R\$ 0,0026369 por ação PNA e R\$ 0,1854743 por ação PNB (2011 R\$ 0,7772528 por ação ON e R\$ 0,7772528 por ação PNA e R\$ 0,8549781 por ação PNB)

**Total Bruto** 11.337 58.050

**Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15% (\*)** - (656)

(\*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

A movimentação dos saldos de dividendos e JSCP a pagar, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	22.653
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	58.050
Propostos	3.779
Pagos no período	(80.263)
Prescritos	(1.05)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>4.114</b>

**21 Provisões**

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 17.187 classificadas no passivo circulante (R\$ 8.904 em 31 de dezembro de 2011) e R\$ 50.883 no não circulante (R\$ 51.659 em 31 de dezembro de 2011) são compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>26.406</b>	<b>32.722</b>	<b>1.435</b>	<b>60.563</b>
Constituição	15.572	18.957	-	34.529
Baixas/reversão	(17.987)	(17.682)	(7)	(35.676)
Atualização	2.786	5.829	39	8.654
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>26.777</b>	<b>39.826</b>	<b>1.467</b>	<b>68.070</b>

A Administração da Companhia, subsidiada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

**Trabalhistas**

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
				31/12/12	31/12/11
Ex-empregados da Companhia	3.407	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.407	3.159
	12.382	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	4.400	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	23.022	1ª, 2ª e 3ª	Provável	23.022	22.912
	45.591	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	5.012	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	348	1ª, 2ª e 3ª	Provável	348	335
	1.190	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	114.961	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
<b>Total</b>	<b>210.313</b>			<b>26.777</b>	<b>26.406</b>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do índice de atualização de processos trabalhistas, divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho acrescidos de juros de 1% a.m. Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo danos materiais e/ou danos morais.

	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					31/12/12	31/12/11
Cientes - Tarifas Plano Cruzado	(1)	5.279	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.279	5.395
		2.778	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.989	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(2)	10.212	1ª, 2ª e 3ª	Provável	10.212	6.203
		88.866	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		681	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(3)	8.096	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.096	8.305
		63.925	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		5.177	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	(4)	6.222	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.222	3.402
		67.597	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.782	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		7.134	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.134	5.663
		31.912	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.299	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		16	1ª, 2ª e 3ª	Provável	16	14
		2.779	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		72	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		3.732	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.609	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa		1.896	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.904	1.063
		4.811	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		462	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário ações		753	1ª, 2ª e 3ª	Provável	753	640
		1	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Racionamento de energia elétrica		16	1ª, 2ª e 3ª	Provável	16	14
		2.188	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		5	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	(5)	194	1ª, 2ª e 3ª	Provável	194	2.023
		3.369	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		95.265	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
<b>Total</b>		<b>424.117</b>			<b>39.826</b>	<b>32.722</b>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

(1) Clientes - Tarifas plano cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme Portarias nºs 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(2) Indenização por perdas - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

(3) Acidente de terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

(4) Comercialização de energia, serviços e produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida.

(5) Outras - Referem-se a litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica.

**Fiscais**

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					31/12/12	31/12/11
ICMS	(1)	314.912	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS	(2)	1.170	1ª, 2ª e 3ª	Provável	394	383
		23.252	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.260	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		3.075	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
CSLL		2.256	1ª, 2ª e 3ª	Provável	189	184
		25.462	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
TLF/IPTU		2.345	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.79	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
PIS/COFINS		21.308	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(3)	4.412	1ª, 2ª e 3ª	Provável	381	371
		18.324	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
IRPJ	(4)	6.741	1ª, 2ª e 3ª	Provável	503	490
		674.971	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Taxas Diversas		5.413	Administrativa	Possível	-	-
		4.385	Administrativa	Remota	-	-
Outras	(5)	49.867	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		12	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		12	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
<b>Total</b>		<b>1.159.446</b>			<b>1.467</b>	<b>1.435</b>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(1) ICMS

(1.1) Auto de infração contra a Companhia em 10/2010 no montante de R\$ 7.243 decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo nas aquisições de compras com entrega futura. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(1.2) Auto de infração contra a Companhia em 10/2010 no montante de R\$ 2.596 decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de compras de fornecedores Micro Empresa e créditos em duplicidade. A Companhia reconhece parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de R\$ 2.287 foi objeto de impugnação administrativa.

(1.3) Auto de infração contra a Companhia de alguns projetos de 1999 no montante de R\$ 781. Refere-se à dedução a maior do ICMS em virtude de divergência na modalidade de incentivo cultural utilizada pela CELPE em alguns projetos.

(1.4) Auto de infração contra a Companhia em 12/2010 no montante de R\$ 28.941 decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de Compras com Entrega Futura e Micro Empresa. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(1.5) Auto de infração contra a Companhia em 09/2011 no montante de R\$ 213.546 decorrente de isenção aos clientes Rurais e Poder Público. A Companhia reconhece parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de R\$ 185.393 foi objeto de impugnação administrativa.

(1.6) Auto de infração contra a Companhia em 06/2010 no montante de R\$ 2.653 decorrente de ICMS do diferencial de alíquotas-aquisições fora do Estado. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(1.7) Auto de infração contra a Companhia em 06/2010 no montante de R\$ 34.451 decorrente de ICMS diferido nas aquisições de energia elétrica fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração.

(2) ISS - Refere-se a discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros.

(3) COFINS - Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(4) IRPJ

(4.1) Provável - Autos de infração nos quais se discute lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(4.2) Possível - Autos de infração lavrados em 2007 e 2010 nos quais a Receita Federal do Brasil não reconhece a dedutibilidade das despesas com a amortização do ágio gerado na privatização dos anos-calendários 2001 a 2008. Os autos encontram-se aguardando julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

(5) Outras - Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

**22 Outros Passivos**

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Consumidores	(1)	12.165	12.135
Empregados - adiantamento acordo coletivo		17	9
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		6.221	6.393
Convênios		47	22
Caução em garantia	(2)	24.823	9.876
FGTs conta empresa		129	129
Encargos CBE		1.678	1.680
Taxa Iluminação Pública - TIP	(3)	8.590	8.466
Adiantamentos recebidos	(4)	17.587	19.930
Operativas - aquisição de ativos	(5)	73.318	-
Outras		4.604	3.602
<b>Total</b>		<b>149.179</b>	<b>62.242</b>
Circulante		127.558	54.572
Não circulante		21.621	7.670

(1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(2) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento do contrato, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(3) Taxa de iluminação pública - TIP - Corresponde a valores arrecadados a serem repassados às Prefeituras.

(4) Adiantamentos recebidos - referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão.



Continuação

28 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza de Operação	31/12/12			31/12/11		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(b)	Uso da Rede	347	-	6.659	541	-	4.358
	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	685	-	-	592	-
			<b>347</b>	<b>685</b>	<b>6.659</b>	<b>541</b>	<b>592</b>	<b>4.358</b>
CELPE	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	536	536	-	1.917	1.917	-
COSEERN	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	84	383	-	357	705	-
TERMOPEMAMBUCO	(a.1)	Energia comprada	-	70.048	(492.858)	-	65.833	(460.648)
	(d)	Uso da Rede	-	39	(496)	-	39	(469)
	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	85	-	-	441	-
			-	<b>70.172</b>	<b>(493.354)</b>	-	<b>66.312</b>	<b>(461.117)</b>
ITAPEBI	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	841	387	-	2.403	821	-
GERAÇÃO CIII	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	72	-	-	104	-
NO ENERGIA	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	98	-	-	31	-
NEOENERGIA SERVIÇOS	(f)	Prestação de serviço	-	443	(5.625)	-	907	(4.484)
	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	25	-	-	15	-
			-	<b>468</b>	<b>(5.625)</b>	-	<b>922</b>	<b>(4.484)</b>
BAGUIARI I	(a.2)	Energia comprada	-	310	(2.450)	-	295	(2.314)
	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	63	-	-	92	-
			-	<b>373</b>	<b>(2.450)</b>	-	<b>387</b>	<b>(2.314)</b>
BAHIA PCH I	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	37	-	-	48	-
RIO PCH I	(a.2)	Energia comprada	-	249	(1.967)	-	237	(1.858)
	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	41	-	-	55	-
			-	<b>290</b>	<b>(1.967)</b>	-	<b>292</b>	<b>(1.858)</b>
NEOENERGIA INVESTIMENTOS GOIÁS SUL	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	18	-	-	6	-
	(a.2)	Energia comprada	-	191	(1.509)	-	182	(1.374)
	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	21	-	-	67	-
			-	<b>212</b>	<b>(1.509)</b>	-	<b>249</b>	<b>(1.374)</b>
GERAÇÃO CÉU AZUL SE NARANDEIRA	(c)	Uso da Rede	-	4	(26)	-	2	(10)
	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	28	-	-	22	-
			-	<b>31</b>	<b>(26)</b>	-	<b>24</b>	<b>(10)</b>
AFLUENTE GERAÇÃO AFLUENTE TRANSMISSÃO	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	23	-	-	45	-
	(c)	Uso da Rede	-	27	(242)	-	26	(240)
	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	132	-	-	289	-
			-	<b>159</b>	<b>(242)</b>	-	<b>315</b>	<b>(240)</b>
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES ÁGUAS DA PEDRA	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	4	-	-	506	-
	(a.2)	Energia comprada	-	1.680	(13.296)	-	1.603	(12.558)
	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	276	-	-	312	-
			-	<b>1.956</b>	<b>(13.296)</b>	-	<b>1.915</b>	<b>(12.558)</b>
CIA. TELES PIRENS ENERGY WORKS CAPUAVA	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	411	-	-	2.760	-
			-	68	-	-	-	-
			-	<b>115</b>	-	-	<b>-</b>	<b>-</b>
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	43	-	-	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	22	-	-	-	-
CALANGO 1	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	63	-	-	2	-
CALANGO 2	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	152	-	-	2	-
CALANGO 3	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	159	-	-	2	-
CALANGO 4	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	71	-	-	2	-
CALANGO 5	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	145	-	-	2	-
MEL 2	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	27	-	-	4	-
ARIZONA 1	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	181	-	-	1	-
CAETITÉ 1	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	101	-	-	3	-
CAETITÉ 2	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	146	-	-	18	-
CAETITÉ 3	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	132	-	-	3	-
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.	(h)	Empréstimos e Financiamentos	-	297.353	(27.803)	-	254.217	(20.878)
Celpos	(g)	Contrato de Mútuo	-	143.029	(8.552)	-	147.277	(7.298)
		Contribuição Patronal	-	156.227	(1.651)	-	147.456	(1.193)
			-	<b>298.256</b>	<b>(10.203)</b>	-	<b>294.733</b>	<b>(8.491)</b>
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	2.338	-	-	-	-
	(i)	Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	20.083	-
	(i)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	3.152	-	-	1.081	-
	(e)	Aluguel/Comodato	-	54	(607)	-	50	(570)
			-	<b>5.544</b>	<b>(607)</b>	-	<b>21.214</b>	<b>(570)</b>
Amara Brasil	(f)	Prestação de serviço (almoço/arifado)	-	130	(2.593)	-	299	(1.972)
Outros Minoritários		Dividendos	-	1.718	-	-	325	-
		Juros sobre capital próprio	-	57	-	-	2.245	-
			-	<b>1.775</b>	-	-	<b>2.570</b>	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica nos mercados de:**
  - (a.1) **Contratação bilateral (iniciais), aprovados pela ANEEL**  
Termopemambuco S.A. - Contrato com vigência até 2024, corrigido anualmente pela variação do dólar, do IGPM dos combustíveis. Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.
  - (a.2) **Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos leilões de energia promovidos e regulamentados pela ANEEL**  
Rio PCH I - Contratos nºs CCEAR 3465-06 e CCEAR 3495-06, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.  
Baguari I - Contrato nº CCEAR 2571/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.  
Goias Sul - Contratos nºs CCEAR 2159/2005 e 2190/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.  
Energética Águas da Pedra - Contrato nº CCEAR 4431/2006, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.
- b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)**  
Coelba - Contrato nº FCI 1302, corrigido anualmente pela variação do IGPM.
- c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)**  
Afluente e Naranadeira - Contrato nº 092-2002, com vigência até 2030, corrigido anualmente mediante regulamentação ANEEL.
- d) Contratos de conexão do sistema de transmissão (CCT)**  
Termopemambuco S.A. - Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.
- e) Contrato de locação de imóveis**  
Neoenergia S.A. - Contrato nº 4600020468 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- f) Contratos de prestação de serviços**  
Amara Brasil - Contrato nº 4600022367, com vigência até 15 de agosto de 2014, corrigido anualmente pela variação IPCA.  
NeoServ Ltda. - Contrato nº 4600019801, com vigência até 29 de agosto de 2014.
- g) Contrato de benefício**  
Celpos - Contrato com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.
- h) Contrato de empréstimo**  
Banco do Brasil - Contrato BB AGRO 1 com vigência até abril de 2014, corrigido pela taxa de juros de 12,149% a.a. (com swap de 99,5% do CDI). Contrato BB AGRO 2 com vigência até janeiro de 2014, corrigido pela taxa de juros de 98,5% do CDI.
- i) Debêntures Aplicação/Emissão**  
Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado. A Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos).
- j) Remuneração da administração**  
A remuneração total dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 3.336 (R\$ 2.218 em 2011), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

29 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data dos vencimentos	Posição	Valores de Referência							
					Moeda estrangeira		Moeda local		Valor justo		Efeito Acumulado 31/12/12	
Contratos de swaps												
<b>Swap</b>												
Ativa Passiva	Banco Citibank	30/06/08	30/06/26	Euro + 2% a.a. 72,5% do CDI	311	334	R\$ 837	R\$ 807	930	815	-	-
					-	-	R\$ 785	R\$ 843	748	876	-	-
									<b>182</b>	<b>(61)</b>		<b>182</b>
<b>Swap</b>												
Ativa Passiva	Banco Citibank	30/06/08	30/06/16	Euro + 4% a.a. 92% do CDI	1682	2163	R\$ 4.571	R\$ 5.235	4.857	5.390	-	-
					-	-	R\$ 4.251	R\$ 5.465	4.260	5.663	-	-
									<b>597</b>	<b>(273)</b>		<b>597</b>
<b>Swap</b>												
Ativa Passiva	Banco do Brasil	06/05/10	14/04/14	12,16% a.a. 99,5% do CDI	-	-	R\$ 175.323	R\$ 175.323	208.356	181.240	-	-
					-	-	R\$ 172.519	R\$ 172.519	186.957	172.519	-	-
									<b>21.399</b>	<b>8.721</b>		<b>21.399</b>
									<b>22.178</b>	<b>8.387</b>		<b>22.178</b>

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de risco

- Riscos financeiros
    - Risco de variação cambial
- Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo em moeda estrangeira não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2012, operações de "hedge" cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.
- No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de "hedge" cambial no montante de R\$ 13.439 (R\$ 13.747, resultado negativo em 31 de dezembro de 2011).
- A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.
- Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é nulo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Considerações gerais e políticas:

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do capital social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento. A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como mantido para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários - ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.
- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) é considerado como item objeto de hedge, e está contabilizado pelo seu valor justo.
- Demais empréstimos, financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.
- Debêntures em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxa de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, e estão contabilizados pelos seus valores justos.
- Instrumentos financeiros derivativos
  - Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais - têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.
  - Operação com derivativo para troca de taxa de juros - consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com o CPC 40:

Ativo (Passivos)	31/12/12				31/12/11			
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	192.602	192.602	236.788	236.788	-	-	-	-
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	9.564	9.564	34.267	34.267	-	-	-	-
<b>Contas a receber de clientes e outros</b>	923.455	923.455	1.237.021	1.237.021	-	-	-	-
<b>Passivo</b>								
<b>Fornecedores</b>	(344.821)	(344.821)	(284.603)	(284.603)	-	-	-	-
<b>Empréstimos em moeda nacional</b>								
Banco do Brasil (NCC)	Nível 2	(208.350)	(208.352)	(181.236)	(181.236)	-	-	-
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional		(568.957)	(568.957)	(549.041)	(549.041)	-	-	-
<b>Debêntures em moeda nacional</b>	Nível 1	(463.049)	(463.390)	(651.112)	(651.317)	-	-	-
<b>Empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda estrangeira</b>	Nível 2	(5.789)	(5.789)	(6.205)	(6.205)	-	-	-
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	Nível 2	2						



→ **Continuação**

Os valores reconhecidos nos balanços patrimoniais são os seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	2012	2011	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	941.969	786.488	729	843
Valor justo dos ativos do plano	(497.053)	(472.191)	(4.876)	(3.149)
Déficit/(Superávit) para planos cobertos	444.916	314.297	(4.147)	(2.306)
Ganho (Perdas) atuariais não reconhecidas	(147.997)	(21.023)	1.854	1.898
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	(250)	(272)
Passivo (ativo) líquido	296.919	293.274	(2.543)	(680)
Efeito do limite do parágrafo 58 (b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	-	-	1.774	-
<b>Limite do "corredor" para reconhecimento no resultado</b>	<b>94.197</b>	<b>78.649</b>	<b>488</b>	<b>315</b>

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	2012	2011	2012	2011
Custo do serviço corrente	1.415	914	62	87
Juros sobre as obrigações atuariais	83.559	71.403	101	105
Rendimento esperado dos ativos do plano	(52.215)	(51.462)	(392)	(270)
Custos de amortizações	-	-	22	22
(Ganhos)/perdas reconhecidos devido ao impacto da redução no plano	-	-	(783)	(103)
Efeito do limite do parágrafo 58 (b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	-	-	1.774	-
<b>Total da despesa (receita) a ser reconhecida</b>	<b>32.759</b>	<b>20.855</b>	<b>784</b>	<b>(159)</b>

Conforme previsto na Deliberação CVM nº 600/09, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida, como receita ou despesa, em um plano de benefício definido é o valor dos ganhos e perdas não reconhecidos que exceder, em cada período, ao maior dos seguintes limites: - 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e - 10% do valor justo dos ativos do plano.

As movimentações no valor presente da obrigação com benefício definido e contribuição definida são, respectivamente, as seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	2012	2011	2012	2011
Valor das obrigações no início do ano	786.488	687.038	843	879
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	1.415	914	63	87
Juros sobre a obrigação atuarial	83.559	71.403	101	105
Contribuições de participantes vertidas no ano	2.577	2.357	17	15
(-) (Ganho)/perda atuarial	125.961	80.375	(295)	(243)
(-) Benefícios pagos no ano	(58.031)	(55.598)	-	-
<b>Valor das obrigações calculadas no final do ano</b>	<b>941.969</b>	<b>786.488</b>	<b>729</b>	<b>843</b>

As movimentações no valor justo dos ativos do plano de benefício definido e do plano de contribuição definida são, respectivamente, as seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	2012	2011	2012	2011
Valor justo dos ativos no início do ano	472.191	446.177	3.149	2.088
Rendimento esperado no ano	52.215	51.462	392	270
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	(1.013)	(2.176)	444	150
Contribuições de patrocinadoras (inclui benefícios pagos diretamente pela patrocinadora)	29.114	29.968	874	626
Contribuições de participantes	2.577	2.357	17	15
(-) Benefícios pagos pelo plano/empresa	(58.031)	(55.598)	-	-
<b>Valor justo dos ativos no final do ano</b>	<b>497.053</b>	<b>472.190</b>	<b>4.876</b>	<b>3.149</b>

Custo esperado do plano previdenciário do benefício definido e contribuição definida são:

	Plano BD		Plano CD	
	2012	2011	2012	2011
Custo do serviço corrente	2.041	73	2.041	73
Juros sobre a obrigação atuarial	87.037	70	87.037	70
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(45.739)	(509)	(45.739)	(509)
<b>Total da despesa (receita) a ser reconhecida</b>	<b>43.339</b>	<b>(366)</b>	<b>43.339</b>	<b>(366)</b>

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo relativa aos planos avaliados foram selecionadas pela CELPE, tendo sido determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo fornecidas pela CELPOS.

Os percentuais de alocação do valor justo dos ativos do plano ao total dos ativos, nos exercícios de 2012 e 2011 são os seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Renda variável	19,88%	21,13%	20,90%	17,49%
Renda fixa	66,67%	68,52%	75,00%	77,57%
Imóveis	5,00%	3,00%	0,00%	0,00%
Outros	8,45%	7,35%	4,10%	4,94%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**Outros Benefícios**

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar e plano de saúde, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento, que são periodicamente negociados por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 2012, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 24.870 (R\$ 21.213 em 2011).

**32 Seguros**

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da Vigência	Importância Segurada (R\$ mil)	Prêmio (R\$ mil)
Riscos nomeados - subestações e usinas	08/10/12 a 08/10/13	111.437	306
Riscos nomeados - imóveis próprios e locados	08/10/12 a 08/10/13	136.874	376
Responsabilidade civil geral - operações	08/10/12 a 08/10/13	6.000	368
Veículos	08/10/12 a 08/10/13	-	19

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:  
Riscos nomeados - imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados, subestações e usinas - pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, sendo que as subestações e usinas têm cobertura adicional contra danos elétricos e tumulto.

Responsabilidade civil geral - cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O Limite Máximo de Indenização - LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral da Companhia é de R\$ 6.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento. A soma de todas as indenizações e despesas pagas pela presente apólice de Responsabilidade Civil em todos os sinistros reclamados durante a vigência, não poderá exceder, em hipótese alguma, ao limite agregado de uma vez e meia a importância segurada, ou seja, ao valor de R\$ 9.000.  
Transporte (Nacional e Internacional) - garante o pagamento de uma indenização ao segurado caso os bens (novos ou usados) em trânsito, transportados através das vias marítimas, fluviais, lacustres, aéreas, rodoviárias ou ferroviárias; devidamente averbados, sofram uma avaria (sinistro), em qualquer localidade do território nacional (transporte nacional) ou no exterior (transporte internacional).  
Veículos - coberturas básicas de responsabilidade civil facultativa de veículos, casco e acidentes pessoais coletivos; e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva por quinze dias em caso de sinistro ou roubo. Os Veículos são segurados a valor de mercado, tomando como base a "Tabela Fipe", não tendo um valor fixo a título de importância segurada.

**33 Questões Ambientais (\*)**

A Companhia pauta sua conduta pela preservação do Meio Ambiente e respeito à legislação ambiental. As ações voltadas para a sustentabilidade são diversas e cada vez mais arraigadas ao negócio da Empresa. Em 2012, dentre as ações voltadas à preservação do meio-ambiente destacam-se:

• **Rede compacta/Linha verde**

Uma das ações de grande importância na preservação ambiental é a utilização de redes protegidas. Cabos elétricos protegidos evitando acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda da arborização e melhorando o desempenho do sistema elétrico.

• **Conservação de energia**

Visando à educação ambiental e à preservação dos recursos naturais, a companhia vem investindo em projetos de eficiência energética, conforme obrigatoriedade estabelecida em contrato de concessão de energia.

A CELPE investe em projetos diagnósticos e eficiência das instalações de clientes dos poderes públicos e privados, instituições beneficentes e educacionais e prédios tombados pelo Patrimônio Histórico.

Além de sensibilizar os clientes com o programa de Eficiência Energética, a CELPE doa equipamentos eficientes (geladeiras e lâmpadas), capacita agentes comunitários e municipais das prefeituras e promove ações educacionais nas universidades, escolas e comunidades carentes.

• **Certificação ambiental ISO 14001:2004**

Em 2012, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) manteve sua certificação, com base na versão da Norma ABNT NRB ISO 14001:2004. Os processos que fazem parte do escopo do SGA são: "Serviços administrativos" (no Edifício Sede); "Geração de energia" (na Usina Tubarão, em Fernando de Noronha) e "Manutenção de Subestação" (nas Subestações Beberibe, João de Barros, Pina, São Caetano e Dom Avelar).

• **Licenciamento ambiental**

Semestralmente, a CELPE realiza o monitoramento da qualidade do ar em decorrência da emissão de gases dos geradores da Usina Tubarão, localizada na Ilha de Fernando de Noronha, cujos resultados estão de acordo com os parâmetros estabelecidos pela legislação vigente. Além disso, foi realizado um estudo de dispersões de emissões gasosas que permite identificar a influência dos empreendimentos na qualidade do ar. Ficou concluído, com esse estudo, que os poluentes da Usina Tubarão apresentam valores muito abaixo dos estabelecidos pela legislação, não causando nenhum impacto ambiental à região da ilha.

Em relação aos veículos da Companhia, a Unidade de Transporte utiliza o opacimetro para monitorar os níveis de fumaça preta dos veículos a diesel da frota, sendo os veículos com emissões acima do padrão encaminhados para manutenção corretiva.

• **Programa controle de queimadas**

Desde 2009, a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, em parceria com a CHESF, IBAMA, CPRH, SINDAÇUCAR e AFCEP, promove a campanha de controle às queimadas sob linhas de transmissão de energia nos municípios da Zona da Mata do Estado de Pernambuco. A iniciativa visa sensibilizar a população, as usinas e os fornecedores de cana de açúcar quanto à prática não controlada de queimadas, que podem danificar as redes de transmissão e distribuição de energia e provocar interferências no fornecimento.

A Campanha reduziu significativamente o número de desligamentos motivados pela queima não controlada de cana de açúcar sob as linhas de transmissão. Ao comparar os resultados da safra atual com a safra 2008-2009, fase de implantação da campanha, houve uma redução de aproximadamente 40% no número de desligamentos.

Ainda, com o apoio das secretarias municipais de saúde e educação, o Grupo de Trabalho realizou palestras em escolas de 5 municípios da zona da mata pernambucana, a fim de capacitar professores e agentes de saúde como multiplicadores da campanha. Também está sendo realizada ação educativa em outros 25 municípios do Estado, envolvendo a distribuição de folhetos e a veiculação de orientações em carros de som nas feiras livres. Além disso, as equipes de trabalho estão realizando visitas técnicas a usinas fornecedoras de cana de açúcar, com a finalidade de orientar suas atividades de produção sob as linhas de transmissão.

• **Programa ATUAR**

O Programa ATUAR - Adequações em Trechos Urbanos para Árvores e Redes destina-se ao manejo integrado da rede elétrica e da arborização urbana na cidade do Recife com a utilização de soluções de engenharia florestal, agrônoma e elétrica, com o objetivo de preservar o meio ambiente, garantir a qualidade do fornecimento de energia e assegurar os benefícios que a vegetação proporciona aos cidadãos.

O Programa ATUAR tem por base o diagnóstico da arborização urbana com incidência sobre a rede elétrica, desenvolvido pela CELPE, que indica as necessidades de adequação na rede elétrica e na arborização.

Para assegurar resultados mais eficazes, a CELPE assinou um Convênio com a Prefeitura do Recife para realizar ações integradas diante das propostas indicadas no Diagnóstico da Arborização possibilitando a gestão da arborização do município. Tal efeito resultou em: treinamento para 16 participantes, sobre Diretrizes do Programa - Atuação e Responsabilidades; Serviço de Manutenção Programada; Apresentação dos tipos de padrões CELPE e materiais elétricos utilizados; Gerenciamento de Riscos no SEP, APR, EPI/EPC e ferramental, Responsabilidade Civil e Criminal; intervenção na vegetação em suas linhas e redes, atuando de forma preventiva e corretiva, para assegurar o fornecimento de energia elétrica.

• **Gerenciamento de resíduos**

A CELPE possui uma norma para o Gerenciamento de seus Resíduos, onde estabelece as obrigações/ações a serem tomadas para cada tipo de resíduo pela empresa contratada para o destino final. Entre os tratamentos dos resíduos da empresa, podem-se citar a reciclagem do óleo mineral isolante dos transformadores, e refinado do óleo lubrificante proveniente da Geração de Energia em Fernando de Noronha. Cabe ressaltar que as empresas que atuam no gerenciamento de resíduo da CELPE são devidamente licenciadas perante os órgãos ambientais pertinentes.

• **Comissão Interinstitucional de proteção ao arboreto do Recife**

Desde 2011, a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, em conjunto com a MPPE, SEMAM, EMLURB, COMPESA, CREA, CTTU, DIRCON e UFRPE, constituem uma comissão para promover ações de sensibilização quanto à importância das árvores nos centros urbanos, desenvolver treinamentos aos profissionais que intervêm na vegetação circunscrita no município de Recife e elaborar manuais e procedimentos que auxiliem a fiscalização, por parte dos órgãos ambientais, dos serviços de poda e erradicação.

Como resultado, a comissão promoveu em 2012, campanhas educativas nos prédios da Prefeitura e agências de atendimento da CELPE e COMPESA, inseriu a temática nas contas de luz e no site da CELPE, desenvolveu o Manual de Arborização Urbana e o Programa de Planejamento e Plantio da Cidade do Recife, e elaborou a ementa do curso de capacitação dos profissionais que intervêm na vegetação circunscrita no município de Recife.

• **Outras atividades**

Outra ação pertencente à Política de Meio Ambiente da Companhia que visa prevenir e minimizar os impactos ambientais é o apoio ao Projeto TAMAR no arquipélago de Fernando de Noronha, que objetiva proteger as tartarugas marinhas no Brasil. Destacamos abaixo os recursos aplicados de modo a atender aos seus compromissos com o meio ambiente:

	Ativo		Resultado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Recursos aplicados	116.992	47.623	10.374	24.561

(\*) Informação não auditada.

**34 Eventos Subsequentes**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou através da Resolução Homologatória nº 1.418, de 24/01/13, as novas tarifas de energia a serem aplicadas aos consumidores da CELPE, em decorrência do estabelecido na Lei 12.783 de 11/01/13, que tratou da antecipação da renovação das concessões de geração e transmissão. O efeito nas tarifas da CELPE foi uma redução média de 18,54%, sendo de 18,04% para os consumidores residenciais e de 20,10%, em média, para os consumidores Industriais e Comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta Tensão. As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 24/01/13.

A redução é resultado da Lei nº 12.783/13, que promoveu a antecipação da renovação das concessões de transmissão e geração de energia que venciam até 2017. As principais alterações que permitiram a redução da conta foram:

- Alocação de cotas de energia, resultantes das geradoras com concessão renovadas, a um preço médio reduzido para R\$ 32,89/MWh;
- Redução dos custos de transmissão;
- Redução dos encargos setoriais;
- Retirada de subsídios da estrutura da tarifa, com aporte direto do Tesouro Nacional por meio da CDE. Assim, essa redução de tarifas decorrente da redução dos custos da energia comprada, da transmissão e dos encargos do setor elétrico, afetam a Parcela A, de custos não gerenciáveis da distribuidora, por isso, não haverá influência dessa redução sobre o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia, nem sobre planejamento de investimento e manutenção do sistema elétrico da CELPE, uma vez que a redução de receita ocorrerá em paralelo e proporcionalmente à redução de custos associados.

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração da **Companhia Energética de Pernambuco - CELPE** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2012, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers e do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Recife, 14 de março de 2013

Marco Giovanne Tobias da Silva  
**Presidente**

José Maurício Pereira Coelho  
Gonzalo Pérez Fernandes

Gonzalo Gómez Alcántara  
Solange Maria Pinto Ribeiro

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanços sociais. Com fundamento nas análises apresentadas e na opinião refletida no relatório dos Auditores Independentes, este Conselho opina no sentido de que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2013.

Maria Tereza de Souza Silva  
**Presidente**

Francisco Gáudio  
Bernardo de Azevedo Silva Rothe  
Guilherme Souto da Silva

**MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Luiz Antônio Ciarlini de Souza  
**Diretor-Presidente**

Lady Batista de Moraes  
**Diretora de Gestão de Pessoas**

Solange Maria Pinto Ribeiro  
**Diretora de Regulação**

Erik da Costa Breyer  
**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**

**CONSELHO FISCAL**

Maria Tereza de Souza Silva  
**Presidente**

**Titulares**  
Bernardo de Azevedo Silva Rothe  
Francisco Gáudio  
Guilherme Souto da Silva

**Suplentes**  
Rubens André Chagas Brito  
Rodolfo Rocha  
José Inácio Ramos  
Marcos Martins Pinheiro

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Marcos Giovanne Tobias da Silva  
**Presidente**

Gonzalo Pérez Fernandes  
**Vice-Presidente**

José Maurício Pereira Coelho  
Solange Maria Pinto Ribeiro

**Titulares**  
Gonzalo Gómez Alcántara

**Suplentes**  
Jorge Luiz Pacheco  
André Luis Dantas Furtado  
Adriano Marcelo Baptista

**Suplentes**  
Mario José Ruiz-Tagle Larrain  
Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

**CONTADOR**

Marcílio Quintino Correia da Silva - Contador: PE-017007/O-7 - CPF: 669.950.434-72

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA**

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia Energética de Pernambuco - CELPE.

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2013

Luiz Antônio Ciarlini de Souza  
**Diretor-Presidente**

Lady Batista de Moraes  
**Diretora de Gestão de Pessoas**

Solange Maria Pinto Ribeiro  
**Diretora de Regulação**

Erik da Costa Breyer  
**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética de Pernambuco - CELPE (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética de Pernambuco - CELPE em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).